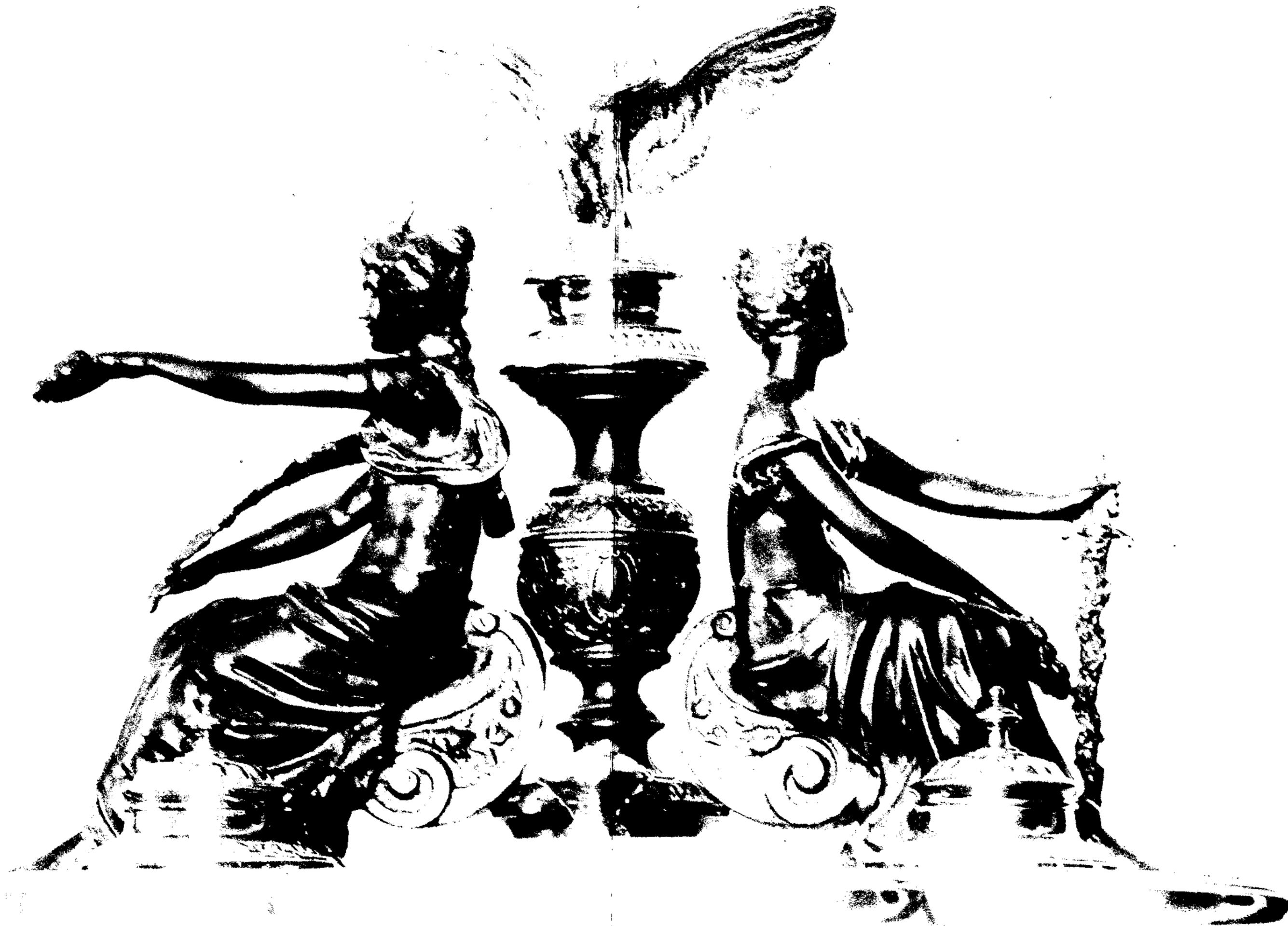




TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Restauração e adaptação do antigo Instituto Lauro Sodré



Tribunal de Justiça do Estado do Pará
Escola Superior da Magistratura do Estado do Pará
Belém / 2010





TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Restauração e adaptação do antigo Instituto Lauro Sodré



Poder Judiciário
Tribunal de Justiça do Estado do Pará

Presidente
Des.º Rômulo José Ferreira Nunes

Vice-Presidente
Des.ª Raimunda do Carmo Gomes Noronha

Corregedora da Região Metropolitana
Des.ª Eliana Rita Daher Abufaiad

Corregedor do Interior
Des.ª Maria Rita Lima Xavier

Coordenadora dos Juizados Especiais
Des.ª Célia Regina de Lima Pinheiro

Tribunal Pleno
Desembargadores

Albanira Lobato Bemerguy
Maria Helena D'Almeida Ferreira
Carmencin Marques Cavalcante
Milton Augusto de Brito Nobre
Raimunda do Carmo Gomes Noronha
Therezinha Martins Fonseca
Rômulo José Ferreira Nunes
Luzia Nadja Guimarães Nascimento
João José da Silva Maroja
Vânia Valente do Couto Fortes Bitar Cunha
Raimundo Holanda Reis
Maria Rita Lima Xavier
Eliana Rita Daher Abufaiad
Brigida Gonçalves dos Santos
Vânia Lúcia Silveira Azevedo da Silva

Constantino Augusto Guerreiro
Maria de Nazaré Silva Gouveia dos Santos
Ricardo Ferreira Nunes
Leonardo de Noronha Tavares
Marneide Trindade Pereira Merabet
Cláudio Augusto Montalvão das Neves
Maria do Carmo Araújo e Silva
Célia Regina de Lima Pinheiro
Maria de Nazaré Saavedra Guimarães
Dahil Paraense de Souza
Leonam Gondim da Cruz Júnior
Diracy Nunes Alves
Ronaldo Marques Valle
Gleide Pereira de Moura
José Maria Teixeira do Rosário

Unidades Administrativas

Secretaria Geral de Gestão
Teresa Lusía M. C. Cativo Rosa

Secretaria de Administração
Francisco de Oliveira Campos Filho

Secretaria de Informática
Fabio Cezar Massoud Salame da Silva

Secretaria de Planejamento, Coordenação e Finanças
Sueli Lima Ramos Azevedo

Departamento de Comunicação Social
Walbert da Silva Monteiro



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Restauração e adaptação do antigo Instituto Lauro Sodré



Tribunal de Justiça do Estado do Pará
Escola Superior da Magistratura do Estado do Pará
Belém / 2010



Conselho Superior da Escola
 Des.^o Rômulo José Ferreira Nunes
 Des.^o Milton Augusto de Brito Nobre
 Des.^oa Albanira Lobato Bemerguy
 De.^oa Maria de Nazaré S. Gouveia dos Santos
 Des.^o Leonardo de Noronha Tavares

Presidência
Des.^o Rômulo José Ferreira Nunes

Diretoria-Geral
Des.^o Milton Augusto de Brito Nobre

Diretoria-Geral Adjunta
Des.^o Leonardo de Noronha Tavares

Secretaria-Geral
Ana Cristina Klautau Leite Chaves

Departamento Acadêmico
Thais Helena Pereira Carvalho Cruz

Departamento de Ensino e Pesquisa
Raimundo Wilson Gama Raiol

Departamento Administrativo/Financeiro
Rosinéli Guerreiro Salame

EQUIPE TÉCNICA DA PUBLICAÇÃO
 Consultoria técnica
Paulo Chaves Fernandes

Edição
Lorena Souza
 (Chefe da Divisão de Editoração e Publicação/ESM-PA)

Normalização e ficha catalográfica
Maria da Conceição Ruffeil Moreira
 (Chefe da Divisão de Biblioteca e Videoteca/ESM-PA)

Projeto gráfico e tratamento de imagens
Paulo Afonso Campos de Melo

Revisão de textos
Líliã Chaves

Fotos
Geraldo Ramos
Octávio Cardoso
Elza Lima
Ricardo Lima

Impressão
Gráfica Santa Marta

T822t Tribunal de Justiça do Estado do Pará: restauração e adaptação do antigo Instituto Lauro Sodré / Tribunal de Justiça do Estado do Para; Escola Superior da Magistratura do Estado do Pará. – Belém: Tribunal de Justiça do Estado do Para; Escola Superior da Magistratura do Estado do Pará, 2010.

132 p.

ISBN: 978-85-63646-00-2

1.INSTITUTO LAURO SODRÉ-Restauração-Pará. 2.PATRIMÔNIO HISTÓRICO-Restauração-Pará. 3. PATRIMÔNIO HISTÓRICO- Conservação-Pará. I. Pará. Tribunal de Justiça. II. Escola Superior da Magistratura do Estado do Pará.

CDD: 725.109815



SUMÁRIO

Apresentação7
Lauro Sodré9
O Instituto Lauro Sodré11
Restauração e construção de anexo47
Os arquitetos e as arquiteturas77
O “Lauro Sodré” hoje95
A banda125
Referências129



APRESENTAÇÃO

Há muitas maneiras e formas de escrever a história de uma vida, perenizar experiências ou immortalizar fases da humanidade. Qualquer delas, contudo, ganha mais força e significado quando tem o poder de transportar testemunhos, pesquisadores e estudiosos para os ambientes e cenários em que a história foi vivida e pode ser revista tal como aconteceu, fazendo com que quantos a ela tiverem acesso revivam os momentos, objetos e personagens que lhe emprestaram conteúdo e, assim, possam experimentar e, até, sentir ainda mais as emoções e os encantos que lhe proporcionaram a eternização por todo o sempre.

Estê álbum procura registrar a história de uma obra com as principais circunstâncias que lhes permitiram existir, remetendo aos momentos e elementos próprios das épocas nele materializadas, expressadas pela técnica dos autores e a sensibilidade dos artífices dos registros que transcreve. A sua edição se constitui, em todos os sentidos e para qualquer que venha a ser a utilização, o valioso repositório de um acervo igualmente precioso, retratando a imagem revivida dos tempos que incorpora.

Desta forma procuro contribuir para que se conheça um pouco da história da nova sede do Tribunal de Justiça do Pará, desde seus primórdios quando abrigava o Instituto "Lauro Sodré", prédio inaugurado em setembro de 1899, vinte e cinco anos depois da instalação do Tribunal da Relação de Belém, em fevereiro de 1874. Interessante observar que, ainda com a denominação de Instituto Paraense de Educandos Artífices, em suas oficinas foi executada parte da mobília que guarneceu o primitivo Tribunal da Relação.

Desembargador Rômulo José Ferreira Nunes
Presidente do Tribunal de Justiça do Pará



LAURO SODRÉ

Lauro Nina Sodré e Silva nasceu em Belém, em 17 de outubro de 1858, e faleceu no Rio de Janeiro, a 16 de junho de 1944, aos 86 anos.

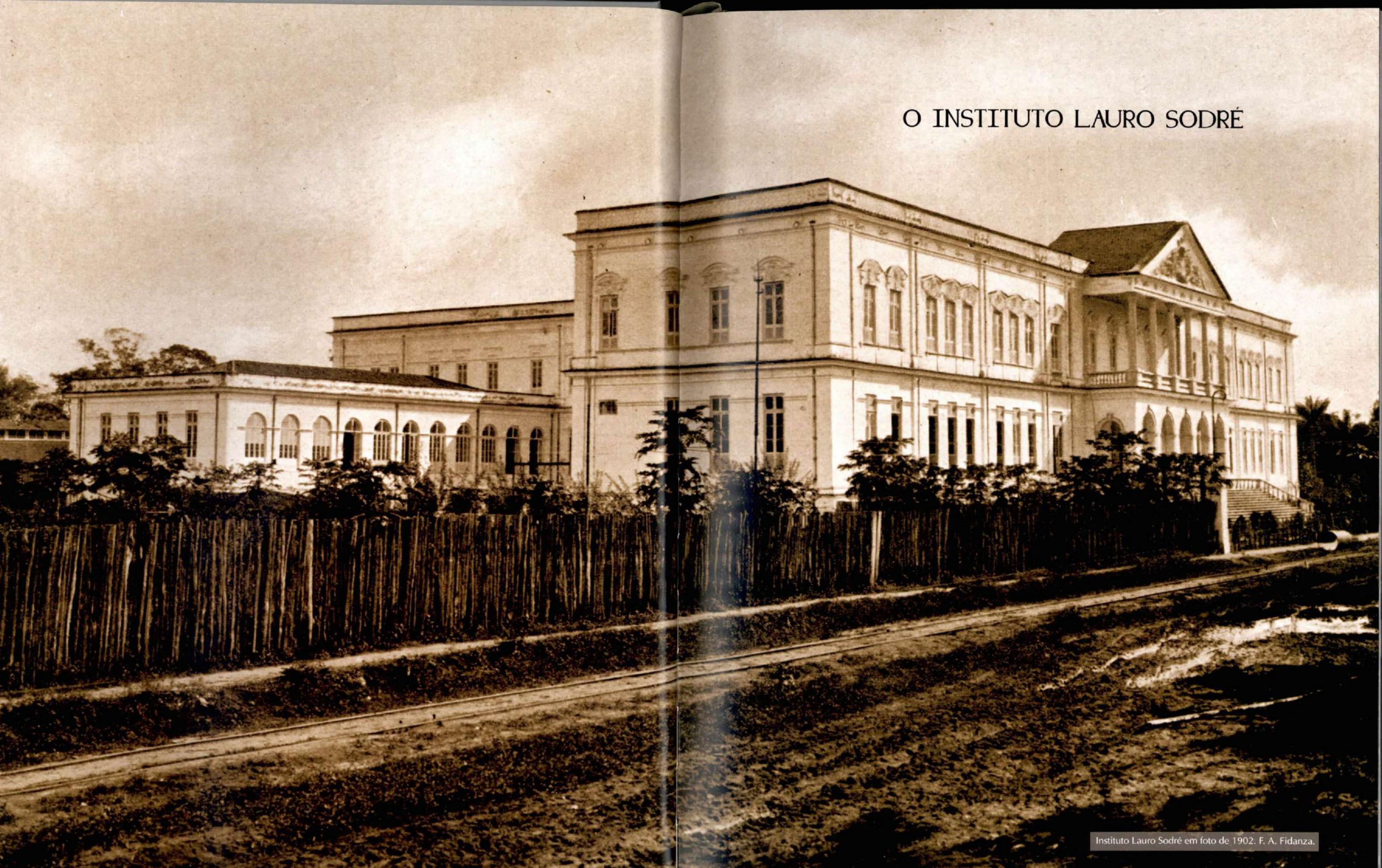
Figura exponencial no alvorecer da República brasileira, também teve um papel destacado na política paraense, onde ocupou, por duas vezes, o cargo de governador (1891-1897 e 1917-1920). Além de ter sido deputado constituinte, foi, mais de uma vez, eleito senador, inicialmente pelo Estado do Pará e, posteriormente, pelo Distrito Federal (Rio de Janeiro).

No seu livro **Crenças e Opiniões**, publicado em 1896, ao referir-se ao Instituto Paraense de Educandos Artífices, que recebeu um grande impulso no seu governo, inclusive com o início das obras da nova sede, cujo edifício é o assunto tratado neste trabalho, assim se manifestou:

O Lyceu de Artes e Offícios, que já vae dando excellentes fructos, é uma parte da grande obra, que a democracia com o andar dos annos terá que completar.

Houve um grande poeta, que ensinou ao mundo esta máxima: Abrir escolas é fechar cadeias (SODRE, 1997, p. 434).

O INSTITUTO LAURO SODRÉ



Antiga Estrada de Bragança, mais tarde denominada Avenida Tito Franco, em homenagem ao jornalista e deputado paraense. Local de passagem da estrada de ferro, a avenida foi escolhida para abrigar o antigo Instituto Paraense de Educandos Artífices. Hoje é denominada Avenida Almirante Barroso. Foto F. A. Fidanza, 1902.



A vetusta construção em estilo eclético, com predominância de traços neoclássicos, que desde o ano de 2006 abriga a sede do Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJPA), na avenida hoje denominada Almirante Barroso, remonta ao final do século XIX, quando a avenida, ainda pouco habitada, era chamada de Tito Franco e ligava o Largo de São Braz, no bairro de mesmo nome, ao marco da primeira légua patrimonial urbana, ponto limite de Belém. Edificado para abrigar o originalmente denominado Instituto Paraense de Educandos Artífices, embrião do que mais tarde passou à denominação de Instituto Lauro Sodré – instituição pública voltada à profissionalização de meninos órfãos ou em situação de extrema pobreza –, o edifício pode ser classificado entre os mais expressivos monumentos da *belle époque* paraense, hoje refuncionalizado e restaurado, preservando-se a sua integridade arquitetônica.

A história do Instituto Paraense de Educandos Artífices começa no ano de 1870. O então presidente da Província, Dr. João Alfredo Correa de Oliveira, em relatório de 17 de abril daquele ano, ao passar a administração ao Dr. Abel Graça, recomendou um trabalho do engenheiro Guilherme Francisco Cruz, encarregado de organizar um plano para criação de um instituto de educação teórico e prático na capital, com a principal finalidade de instrução profissional, nos diversos ofícios, para rapazes, o que viria a ser o primeiro estabelecimento de ensino do gênero que se instituiu em Belém. A iniciativa integrava-se a um movimento que, simultaneamente, levou à formação de instituições similares em outras importantes capitais brasileiras, todas inspiradas naquilo que se via nos principais centros europeus.

Criado pela Lei n.º 660 de 31 de outubro de 1871, o Instituto só foi inaugurado a 3 de junho do ano seguinte, inicialmente para 50 alunos. Para abrigá-lo, o governo adquiriu uma chácara pertencente ao Comendador Pimenta Bueno, situada na então estrada de Nazareth. Logo em seguida, a Lei n.º 781 de 9 de setembro de 1873 aumenta o número de alunos para 100, e já em 1880 o Art. 1º da Lei n.º 1.025 de 1º de maio fixa em 200 o número de educandos a serem atendidos, o que demonstra o sucesso da iniciativa (INSTITUTO..., 1899).

Belém já começava a refletir, em seu traçado urbano e em seus costumes, os efeitos da opulência do período áureo da economia da borracha (1880-1912). O monopólio mundial do látex, mantido pela Amazônia nesse período, permitiu investimentos públicos e privados que transformaram a face da cidade. Planos urbanos sofisticados, de construções de grande porte, de higienização e organização da vida cidadina podiam ser observados em inúmeros projetos implantados na capital, que se expandia para áreas antes consideradas afastadas.

Em 1905, Belém possuía uma área de 40.156.568 m², com 24.103.972 m² de área edificada, o que correspondia a 53 ruas e avenidas, 52 travessas, um número incalculável de "corredores" e pequenos caminhos, 22 largos, 790 construções assobradadas, inclusive os palacetes, 9.152 prédios, 2.600 pequenas casas e onze grandes trapiches nos portos (CASTRO, 1998, p. 23).

Nesse período, destacou-se a administração do intendente Antônio José de Lemos, um dos principais líderes políticos do Pará entre 1897 e 1912, responsável por muitas reformulações no plano urbanístico da capital e pela introdução de conceitos de modernidade.

Acompanhando os novos ares que o Ciclo da Borracha estimulava, a chácara destinada a abrigar os alunos do Instituto Paraense de Educandos Artífices já não comportava o crescimento da instituição e demandava um novo espaço mais adequado a sua atividade. Desde a inauguração, no velho endereço, o estabelecimento já dispunha de oficinas de marcenaria, carpintaria, funilaria, serralheria e de formação de ferreiros. As aulas de desenho e música foram instituídas um ano depois e, apesar das inúmeras reformas realizadas no local, no final do século XIX o espaço tornara-se insuficiente e as instalações obsoletas. O governo, então, publica a Lei n.º 90 de 19 de março de 1893, elevando o número de alunos do Instituto a 300 e, ao mesmo tempo, autorizando a remoção do estabelecimento de ensino para um edifício próprio, no Marco da Légua.

As obras iniciaram a 4 de julho de 1894, durante o governo Lauro Sodré, primeiro governador republicano do Estado do Pará, eleito pelo Congresso Constituinte paraense a 23 de junho de 1891. Em 1890, Sodré fora eleito deputado pelo Pará para a Constituinte Nacional, na qual fez parte da comissão de 21 membros que examinou e deu o parecer sobre o projeto da Constituição que seria promulgada em 24 de fevereiro do ano seguinte. Seu primeiro mandato à frente do Estado (1891-1897) foi o mais longo da vida constitucional do Brasil. Ao deixar o governo, foi mais de uma vez eleito senador, inicialmente pelo Estado do Pará e depois pelo Distrito Federal.

Lauro Sodré incentivou também a instrução pública, segundo ele o único "meio de levantar o nível moral do povo e melhormente impor a consciência pública o novo regimen". A cargo de José Veríssimo ficaram "os primeiros esfor-

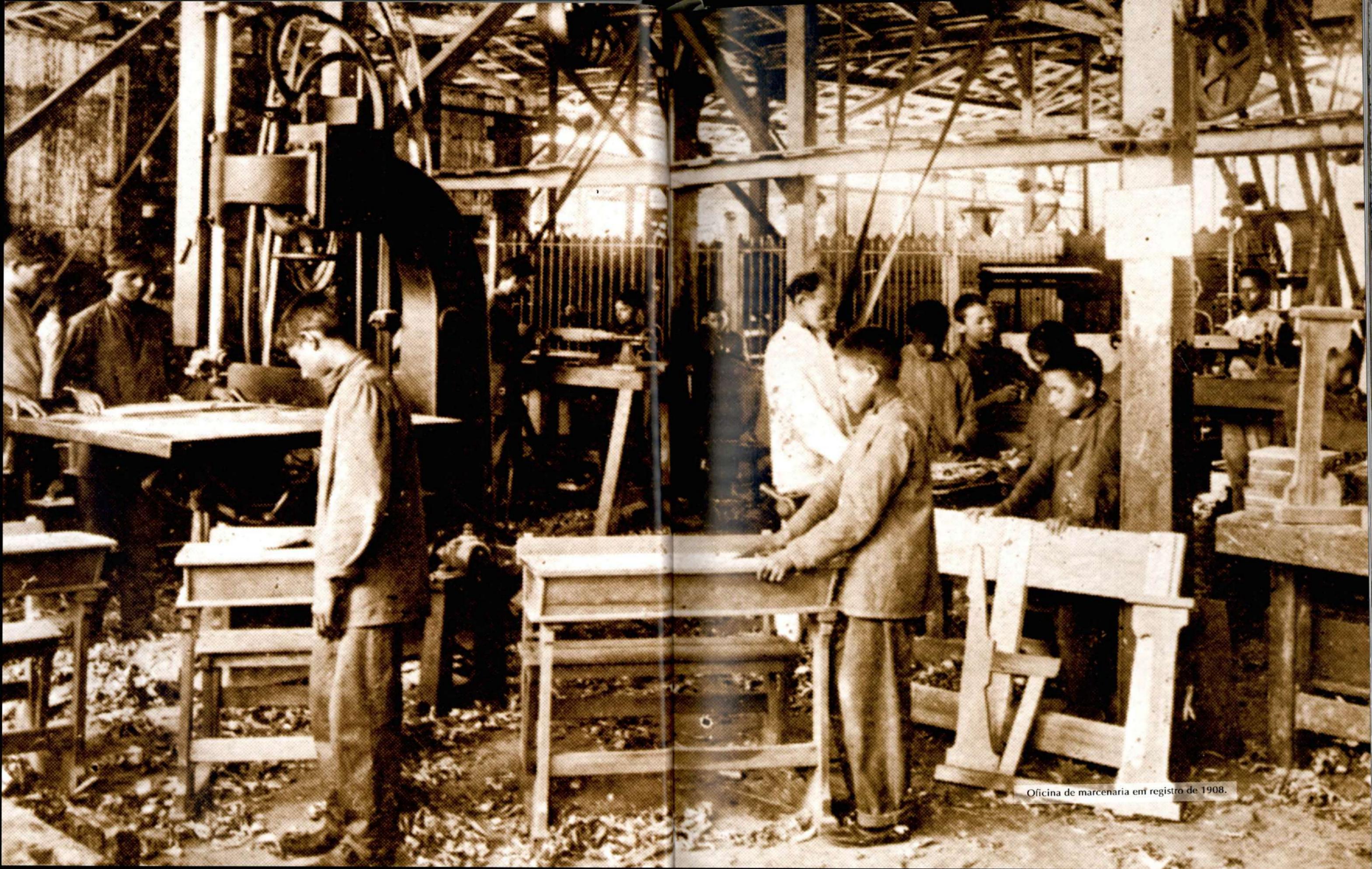
ços para levantar o nível do ensino, ao advento da República". Apesar do "estado lastimável, em que tinha caído a instrução", Lauro Sodré não mediu esforços para reformá-la, tomando medidas visando melhorar instituições já existentes como o Liceu Paraense, a Escola Normal e o Liceu de Artes e Ofícios e criando novas, a exemplo de escolas de ensino técnico (COELHO, 2006, p. 90).

Mas o Instituto, cuja sede é iniciada por ele, só passou a funcionar no novo local em 1899. O arquiteto encarregado foi José de Castro Figueiredo e os engenheiros foram Bento Miranda e Raimundo Vianna. Antes disso, em 1º de fevereiro de 1897, o nome do Instituto Paraense de Educandos Artífices foi alterado e passou a se chamar Instituto Lauro Sodré, já no governo de Paes de Carvalho, responsável pela conclusão das obras e pela homenagem ao governador que o antecedeu, rebatizando a instituição de ensino com o seu nome.

Foi também iniciativa de Paes de Carvalho a ampliação da área de interesse da instituição para o ensino agrícola, preocupação pertinente em razão de uma economia derivada exclusivamente da exploração da borracha, cuja coleta era basicamente extrativista, e poucas tentativas de cultivo sistemático da seringueira eram levadas a efeito. Além de buscar alternativas ao cultivo da borracha nativa, a escola de agricultura poderia levar a avanços na produção de gêneros alimentícios, importados pela Amazônia a altos custos àquela altura. Essa orientação seria questionada logo em seguida, no governo de Augusto Montenegro que, em 1901, mudaria a organização pedagógica e administrativa do estabelecimento de ensino (TRIBUNAL..., 2006).



Instituto Lauro Sodré em foto de 1908.



Oficina de marcenaria em registro de 1908.

No Álbum do Pará em 1899, o Instituto é assim descrito:

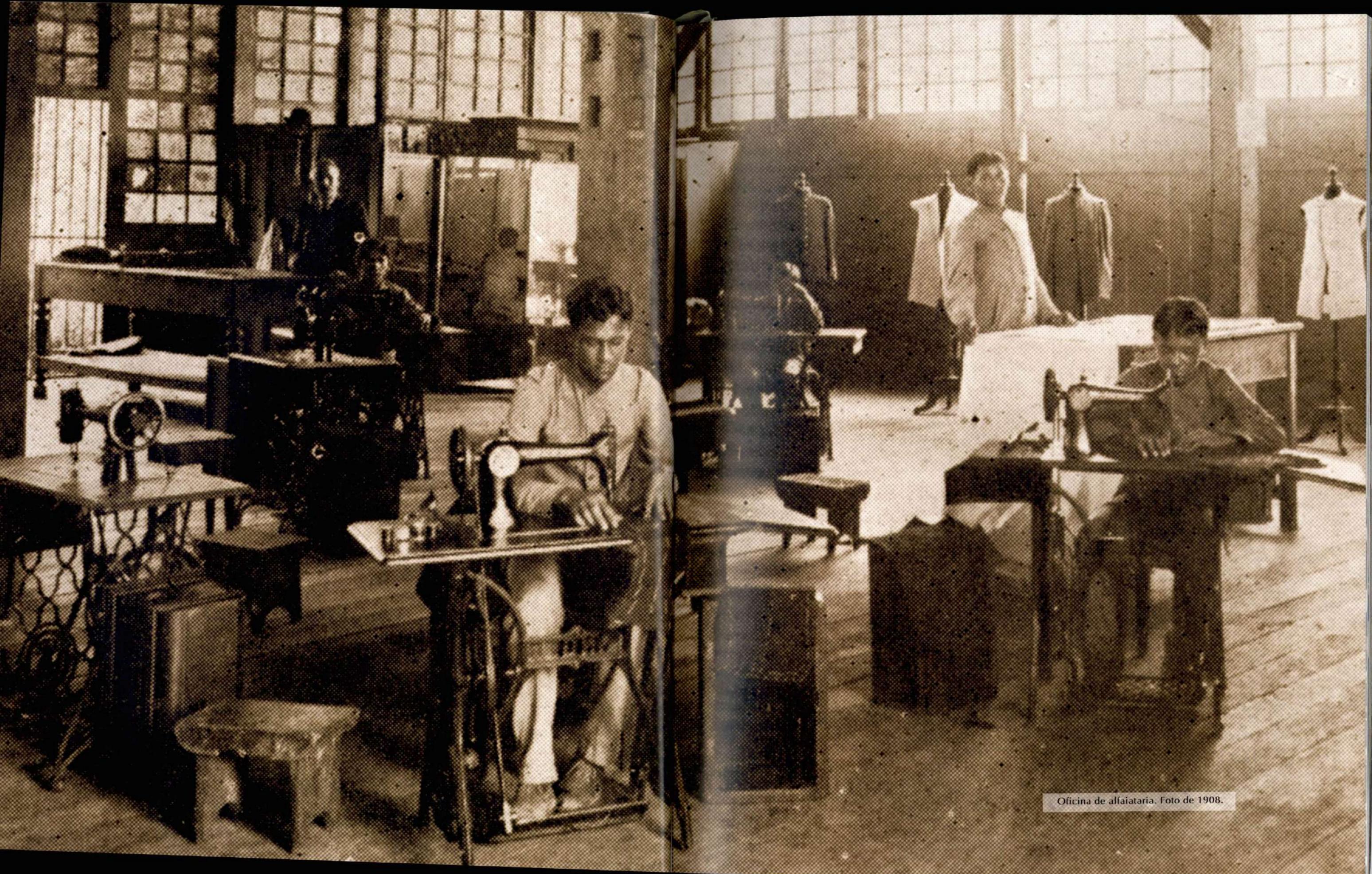
O Instituto Lauro Sodré é um internato onde trezentos alunos pobres são mantidos, educados e instruídos pelo Governo. O ensino neste estabelecimento abrange o curso primário integral e o curso profissional, compreendendo este uma parte teórica com o ensino de português, aritmética, álgebra, geometria, tecnologia das profissões, mecânica aplicada, física e química, geografia geral, corografia do Brasil, cosmografia e história geral, e outra prática, com o ensino do desenho à mão livre, ornamentação decorativa, desenho linear, de máquinas, de perspectiva e sombras, música marcial e orquestral, ginástica e esgrima. Além destes estudos, os alunos dedicam-se às artes, para o que existem oficinas de carpina, ferreiro, caldeireiro, sapa-teiro, estucador e pintor de casas, tipógrafo, impressor, encadernador, litógrafo, ourives, funileiro e alfaiate (PARÁ, [19—?])

O novo prédio construído para abrigar o Instituto Lauro Sodré passou a ocupar um amplo terreno, de frente para a estrada de ferro de Bragança, linha férrea que ligava a capital ao interior do Estado. A área integrava o quarto distrito de Belém, que ia além de Nazareth, alcançava o bairro de São Braz e seguia a magistral Avenida Tito Franco, “projeto fundamental da urbanística lemista, que pretendia definir, como de fato definiu, os rumos da expansão futura da cidade” (CASTRO, 1998, p. 25). Tanto é que, em relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém na sessão de 15 de novembro de 1902, o intendente Antônio Lemos refere-se à área da seguinte forma:

[...] estou convencido de que o sadio arrabalde será, no futuro, um dos bairros mais bonitos e



Plantações no antigo Instituto Lauro Sodré. Foto de 1908.



Oficina de alfaiataria. Foto de 1908.



Formação de sapateiros no Instituto Lauro Sodré. Foto de 1908.

elegantes de Belém. É evidente a tendência da expansão urbana para aquele ponto. Apertada entre o litoral, de um lado e os terrenos alagados da parte oriental, entre os limites urbanos e o rio Guamá, esta cidade só tem como desafogo o Marco da Léguas, sítio alto e seco, dotado de terreno arenoso e em declive, com um perfeito sistema de drenagem natural. Todo rodeado de matas, o referido subúrbio possui hoje belas avenidas, onde o ar circula com liberdade, formando-se desse conjunto as mais apreciáveis condições de salubridade (BELÉM, 1902/1908).

Com essa visão de futuro, Lemos aprova a Lei n.º 275, de 30 de junho de 1900, por meio da qual proíbe a construção de barracas ao longo da Avenida Tito Franco, cujo trajeto levava ao Marco da Léguas, onde até hoje encontra-se o marco da primeira léguas patrimonial urbana de Belém, demarcando o seu primeiro limite.

Nessa grande avenida vazia, de quase nove quilômetros de extensão, cercada por matas, o poder público construiu equipamentos de grande porte: o Instituto Lauro Sodré – escola técnica com aparato europeu –, o Asylo de Mendicidade, o Hospital dos Alienados e o Bosque Municipal, primeiro dos dezesseis grandes bosques que seriam construídos na cidade, não fosse a *debâcle* da economia seringueira (CASTRO, 1998, p. 25).

Nesse local apazível, a “Tijuca paraense”, foi elevado um edifício principal, com 93 metros de frente por 88 metros na lateral, contendo dormitórios, refeitório, salas de aula, salão de estudos, recreios com aparelhos de ginástica. Com um pé direito de 6 metros e 10.500 m² de área construída, a edificação tinha a imponência de um palácio de dois pavimentos, corredores largos, arquitetura sofisticada e escadaria em pedra

mármore. Na parte posterior do terreno, uma grande alameda era ladeada por edificações para oficinas, cuja construção foi iniciada em fevereiro de 1900 e inaugurada em setembro do mesmo ano, além de moradias de professores. As instalações das oficinas eram em madeira e formadas por quatro corpos retangulares de 56 metros de comprimento e 34 de largura. Mais tarde, ampliações foram feitas e modernos equipamentos foram acrescentados aos já existentes. Um bem montado observatório meteorológico também foi instalado no local e dirigido pelo professor de física e química, Dr. G. Martina, onde os alunos do curso secundário tinham aulas práticas (TRIBUNAL..., 2006).

Em 1908, o Instituto Lauro Sodré contava com 300 alunos a partir dos 12 anos de idade. Além de matérias do curso elementar primário e curso completo de desenho e música instrumental, ensinavam-se, nas grandes oficinas, os ofícios de marceneiro, carpinteiro, serralheiro, ferreiro, sapateiro, alfaiate, encadernador e tipógrafo. Em relatório de oito anos de governo, assinado pelo governador da época, Augusto Montenegro, exalta-se a excelência do estabelecimento:

Exceção feita das três escolas municipais de Paris, École Boule, École Diderot e École Etienne, que rivalizam com o nosso Instituto Lauro Sodré, nenhuma outra escola profissional pode-lhe ser igualada, quer na Europa quer na América (PARÁ, 1908).

Em texto de 1910, o viajante Paul Walle, que esteve em Belém numa missão do Ministério do Comércio da França e da Sociedade de Geografia Comercial de Paris, assim se refere à instituição:

O Instituto Lauro Sodré está instalado num imenso e soberbo edifício que honra o Pará, não

somente por suas dimensões e arquitetura, mas por sua utilidade e valor prático. É uma Escola de Artes e Ofícios, destinada às classes média e pobre, na qual seus 300 ou 400 alunos recebem, além de uma boa instrução primária, aulas de desenho, música, um pouco de química e física, mas sobretudo se iniciam no aprendizado de ofícios como tipografia, encadernação, alfaia-taria, mecânica, ferraria, marcenaria, entalhe, sapataria, etc. Como é administrado sabiamente, e por isso merece louvores calorosos, esse estabelecimento se transformou quase numa fonte de renda para o Estado, uma vez que lá se fabricam todas as vestimentas para alunos e prisioneiros, uniformes e equipamentos para a brigada da polícia estadual, e até mesmo roupas para particulares. É igualmente responsável pela impressão e encadernação das publicações oficiais, o mobiliário das escolas, trabalhos diversos para particulares, calçados para os colegiais e trabalhos de mecânica e serralharia necessários aos estabelecimentos mantidos pelo Estado. A essa escola, que está situada após o Parque Municipal, na Avenida Marco da Léguas, acaba de ser anexado um campo para experiências agrícolas, para o qual já foram contratados especialistas estrangeiros. O diretor, Sr. E. Matoso, é um estudioso renomado. De todas as instituições que visitamos em Belém, foi esta a que nos deixou melhor impressão (WALLE, 2006, p. 303).

Augusto Montenegro é considerado o grande reformador do Instituto Lauro Sodré, sendo responsável pela aquisição de inúmeras máquinas, alargando o ensino profissional e tornando-o uma escola altamente prática. Em seu relatório, é dado conta de que nas sete oficinas já criadas, havia 107 máquinas das quais 74 foram adquiridas e montadas pelo governo de então. Nas oficinas do estabelecimento, que trazia lucros, ou

Área posterior do Instituto, onde foram construídas as oficinas e casas de professores.
Foto de 1908.





Dormitório do "Lauro Sodré". Foto de 1908.



Refeitório do educandário. Foto de 1908.



Enfermaria do Instituto Lauro Sodré. Foto de 1908.

economias, ao Governo do Estado de muitas dezenas de contos de réis anuais, eram produzidas as vestimentas dos alunos de lá e de outros estabelecimentos públicos, além do fardamento que vestia à força pública. Dali também saíam as mobílias escolares e ainda os gradis, portões e outros itens. Em 1907, as oficinas produziram 30.047 peças de roupas, 9.662 pares de calçados, 1.436 carteiras escolares, 87 bancas para professores, 50 quadros pretos, 53 armários, 654 cabides para chapéus e 23 pés de filtros, 10.356 encadernações e brochuras, tudo para as escolas públicas do Estado. A oficina de tipógrafo forneceu todos os impressos, livros pautados e bilhetes para a estrada de ferro de Bragança e outras repartições públicas, sem falar o que produziam as oficinas de ferreiro-serralheiro e funileiro (PARÁ, 1908).

Nomes ilustres passaram pela direção do Instituto, entre eles Theodoro Braga, bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais pela Faculdade de Direito do Recife e artista laureado pela Escola Nacional de Belas Artes do Rio de Janeiro, que dirigiu o "Lauro Sodré" de 1º de maio de 1916 a 28 de fevereiro de 1917. Sua passagem pelo estabelecimento foi registrada na publicação **Dez meses de direção do Instituto Lauro Sodré**, material escrito em defesa própria, após denúncias feitas pelo seu sucessor, Antônio Marçal, quanto ao estado de abandono em que este teria encontrado a instituição no momento de sua posse. Theodoro Braga faz um relatório em que coloca as melhorias introduzidas em sua administração, entre elas a atualização dos métodos de ensino das artes, mas também revela irregularidades que ali encontrou, contra as quais teria lutado e, com isso, desagradado alguns (BRAGA, 1917).

De fato, com o passar do tempo, as crises tornaram-se frequentes, e o Instituto Lauro Sodré alternou

situações de altos e baixos. Por exemplo, um decreto do presidente da República Nilo Peçanha (1909-1910) cria escolas de aprendizes e artífices em todo o país, com objetivos semelhantes aos do Instituto paraense. As verbas federais começam a ser canalizadas para as novas escolas (embriões do que mais tarde viriam a ser as escolas técnicas federais) e, com isso, o "Lauro Sodré" passa por períodos de poucos investimentos dessa esfera. Em 1926, o mau estado do prédio e a desatualização do maquinário exigiram novas obras. Ocorre, então, uma reforma de ocasião, com a reconstrução do terraço e da escadaria, o mosaicamento geral e a mudança dos estuques do teto, além da caiação completa. (TRIBUNAL..., 2006).

A revolução de 1930 no Pará eleva ao poder a figura de Joaquim de Magalhães Cardoso Barata, que assume o governo estadual nesse período e promove ações de choque em vários segmentos da administração pública. Entre as medidas tomadas tão logo chega ao comando do Estado, está a mudança do nome de alguns estabelecimentos de ensino, entre eles o Instituto Lauro Sodré.

Considerando que os princípios revolucionários condenavam a denominação de estabelecimentos públicos com os nomes de pessoas vivas, pelo fundamento de que a iniciativa das denominações dessa natureza geralmente parte de indivíduos que buscam, com as lisonjas aos detentores dos poderes públicos, obter vantagens ilícitas e favores condenáveis em benefício próprio, o capitão Barata assinou, no dia 2 de janeiro de 1931, o Decreto n. 84, modificando os nomes de vários colégios. O Instituto Lauro Sodré passou a chamar-se D. Macedo Costa (tempos depois voltou à denominação primitiva, que conserva até hoje)... (ROCQUE, 1999, v. 1, p. 192).



Prédio do Instituto Lauro Sodré em 1939.



Educandos desfilando em data comemorativa.

Em seu primeiro governo, Magalhães Barata encontra a escola profissional do Estado em decadência, sendo responsável por sucessivas reformas no prédio, envolvendo pintura, troca de vidraçaria, substituição de assoalhos por mosaicos, além do reaparelhamento do Instituto com roupas, louças e móveis novos. A estrutura das oficinas foi reparada e novo maquinário comprado (TRIBUNAL..., 2006).

De 1937 a 1939, período de Gama Malcher como interventor federal, dirigiu o “Lauro Sodré” o educador paraense Alfredo Chaves. Dessa fase, há o registro de que “O governo Malcher não se tem descuidado no sentido de sustentar à altura das suas tradições o conceituado Instituto Lauro Sodré” (PARÁ, 1939). Mas, em 1941, em plena II Guerra Mundial, o Ministério da Aeronáutica requisita o prédio, que passa a funcionar como quartel e tem as atividades de ensino paralisadas. Os ocupantes do Instituto são obrigados a deixar o edifício, levando apenas parte de seus pertences (inclusive maquinário). As atividades do educandário são transferidas para um estabelecimento com capacidade exígua, à Avenida Tito Franco n.º 285, onde funcionava o Grupo Escolar Paulino de Brito.

Em consequência dessa catastrófica mudança, realizada da noite para o dia, a maquinária e material de aprendizagem dos alunos ficaram em grande parte desorganizados pela deficiência de espaço para a sua montagem. Além disso, a matrícula de alunos, que era de 300, ficou reduzida a 61 educandos, numa demonstração de que essa desorganização atingira a estrutura da escola (MACHADO, 1946).

Diante desse quadro e de volta à interventoria federal, em 1943, Magalhães Barata, que já havia

restaurado o Instituto Lauro Sodré em 1931, mandou desocupar o edifício que serviu de quartel do Batalhão de Infantaria da Força Policial do Estado, no então bairro do Curro Velho – hoje sede da Universidade do Estado do Pará (UEPA) – para nele instalar a escola profissional. Abriu linha de crédito especial para a construção de dois pavilhões em alvenaria, sendo um para as oficinas do “Lauro Sodré” e outro para a Imprensa Oficial do Estado, que desde 1921 funcionava anexa ao educandário. Também investiu quantias na aquisição de máquinas para as oficinas, entre elas os linotipos e todo o material tipográfico da antiga Livraria Gillet e mais cinco equipamentos da Livraria Pará, além de máquina para pesponto de sapatos. Porém, em memorial dirigido ao novo interventor federal, Otávio Meira, em 1946, Raimundo de Oliveira Machado, diretor do Instituto naquele momento, explica que os pavilhões não tinham sido ainda construídos, “motivo por que não foi possível mudar o Instituto Lauro Sodré para aquele edifício” (MACHADO, 1946).

Após o golpe militar de 1964, o governo que assume no Pará retoma as atenções para o tradicional educandário, já esvaziado do seu objetivo inaugural e de volta ao antigo endereço. Entre os anos de 1965 e 1966, o estabelecimento passa a funcionar como escola regular – Colégio Lauro Sodré –, com capacidade para atendimento de 2.000 alunos. O então secretário de Obras, José Maria Barbosa, relata como uma das ações de maior importância, no ano de 1966, a “restauração total do Instituto Lauro Sodré”, mostrando que a antiga denominação como Instituto ainda resistia (TRIBUNAL..., 2006). Em documentário das obras realizadas pelo governo Alacid Nunes (1966-1971), há a seguinte referência à reforma do colégio:

Com o fim do Instituto, o estabelecimento
é transformado em escola regular.
Foto de 1971.



A reforma interior do Colégio Estadual Lauro Sodré, com ampliação de sua capacidade escolar, foi obra gigantesca e impressionante. A restauração abrangeu telhado, forros, soalhos, vigamentos, esquadrias. A antiga e famosa Escola Profissional do Estado encontra-se hoje tecnicamente aparelhada para as suas finalidades educativas, para o moderno preparo e aperfeiçoamento das inteligências jovens e ávidas da nova sistemática no campo do ensino. Os moços paraenses encontrarão, no atual Colégio Lauro Sodré, o melhor estímulo para estudar e habilitar-se ao desempenho de múltiplas especialidades (PARÁ, 1971).

Quatro novos pavilhões para oficinas também estavam nos planos dos gestores nesse período. Possivelmente, as antigas construções em madeira já não existissem (TRIBUNAL..., 2006). Ainda assim, as oficinas de carpintaria, serralheria e outras foram mantidas até o final da década de 1970.

Em 1979, o prédio é tombado pela Lei n.º 4.855, de 3 de setembro, só publicada no Diário Oficial do Estado de 1.º de novembro de 1982.

No ano de 1983, o então prefeito nomeado de Belém, Almir de Oliveira Gabriel, faz sucessivas visitas ao prédio, já bastante deteriorado, e inicia negociações com o Governo do Estado para instalar no local a sede da Prefeitura Municipal de Belém (PMB), desocupando, assim, o antigo Palácio Antônio Lemos, que deveria se transformar em museu e cujo projeto de restauro e adaptação foi iniciado na sua administração de apenas dois anos e sete meses. O tempo escasso e a resistência de órgãos do governo inviabilizaram a cessão e transferência pretendida, o que obrigou o gestor municipal a mudar a sede da PMB para o prédio

da Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém (CODEM) e assim permitir o início das obras no "Antônio Lemos", bem como estimular a transferência da Câmara, que também ali funcionava, para outro local, o que só vai se concretizar, integralmente, na administração de Hélio Gueiros.

O Colégio Lauro Sodré continuou em atividade até 29 de julho de 2000. Nesse dia, no último final de semana das férias escolares, um bloco do antigo edifício desabou, sem que ninguém sabsse ferido. O prédio já vinha apresentando problemas então detectados pela administração da Secretaria de Estado de Educação, àquela altura. Toda a estrutura frontal já estava isolada e sem utilização desde o final de junho daquele ano, quando uma análise técnica da Secretaria apontou a necessidade de reforma. Antes do acidente, as obras de fortalecimento da edificação estavam previstas para a primeira quinzena de agosto. Com o isolamento da construção antiga, os 3.750 estudantes do "Lauro Sodré", pertencente à rede estadual de ensino, já estavam tendo aulas nos três turnos no bloco de trás do Instituto, espaço que não oferecia qualquer perigo (DESABAMENTO..., 2000, p. 6).

Com o desabamento, as atividades da escola foram suspensas e os alunos remanejados para outros estabelecimentos. Mais tarde, o Governo Estadual construiu uma nova sede para a Escola de Ensino Fundamental e Médio Lauro Sodré, na travessa Pirajá, bairro do Marco, onde funciona até hoje.

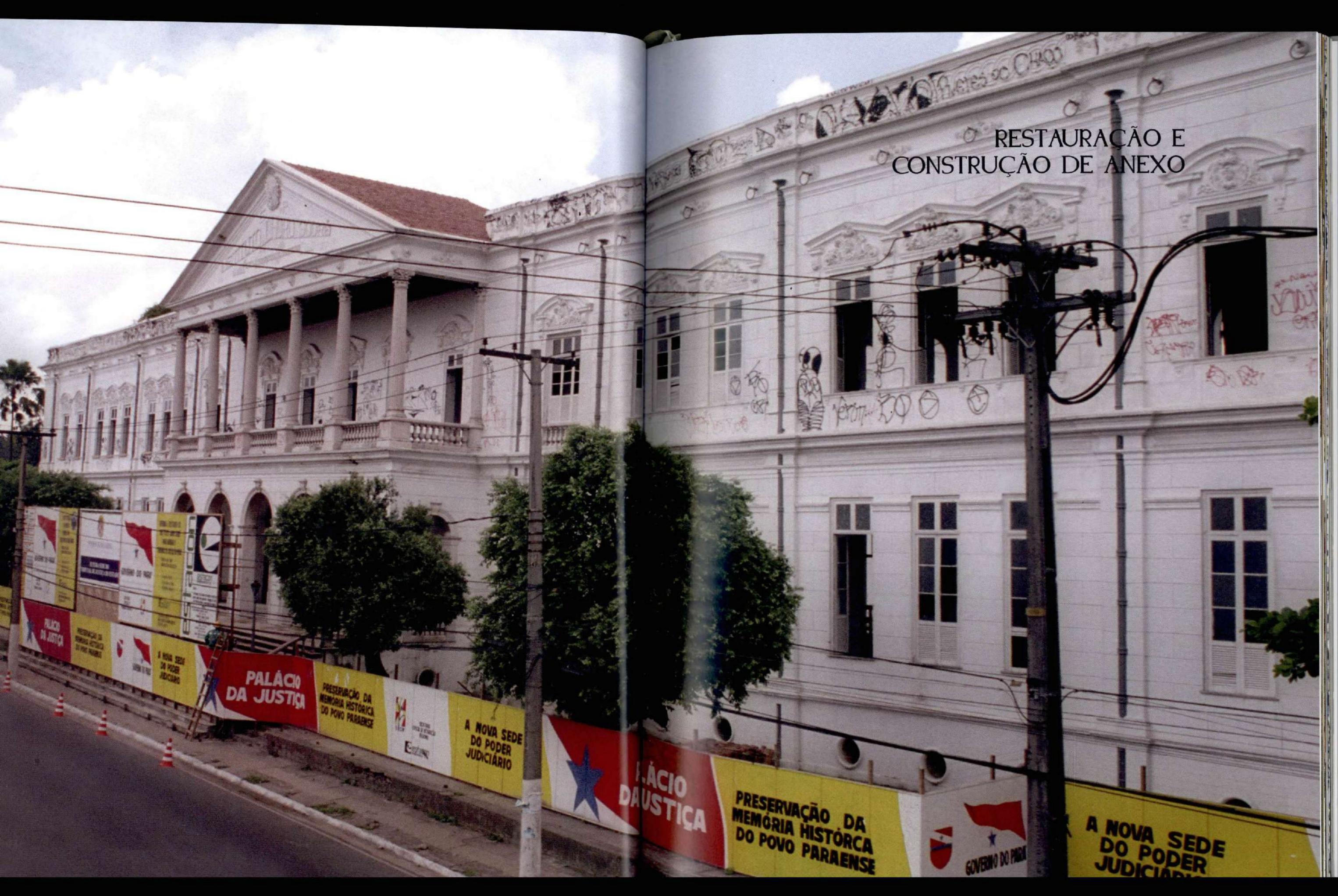
Já o prédio do antigo Instituto passou por um período de incerteza quanto ao seu uso futuro, até que um acordo entre o Governo do Estado, proprietário do

imóvel, e o Tribunal de Justiça do Pará definiu um novo papel para o antigo "Lauro Sodré", dentro do cenário da cidade. Em 5 de maio de 2005, o Governo, por meio da Secretaria Especial de Estado de Integração Regional e da Secretaria Executiva de Estado de Obras Públicas, e o TJPA assinaram entre si um Termo de Convênio de Cooperação Técnica e Financeira com o objetivo de restaurar e adequar o velho prédio onde funcionou a escola, bem como construir um edifício anexo no mesmo terreno da Avenida Almirante Barroso, que passariam a abrigar as atividades do TJPA. O convênio em questão foi publicado no Diário Oficial de 13 de maio de 2005.



Cerimônia de assinatura de convênio entre o TJPA e o Governo do Estado, em 5 de maio de 2005. Da esquerda para a direita, Saíd Xerfan (secretário executivo de Obras), Ofhir Cavalcante Jr. (presidente da OAB-PA), desembargador Milton Nobre (presidente do TJPA), Simão Jatene (governador do Estado) e José Augusto Affonso (secretário especial de Integração Regional).

RESTAURAÇÃO E
CONSTRUÇÃO DE ANEXO



PALÁCIO DA JUSTIÇA

PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA HISTÓRICA DO POVO PARANENSE

A NOVA SEDE DO PODER JUDICIÁRIO

PALÁCIO DA JUSTIÇA

PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA HISTÓRICA DO POVO PARANENSE

GOVERNO DO PARANÁ

A NOVA SEDE DO PODER JUDICIÁRIO



As obras de restauração e adaptação para novo uso, e de construção de anexo, realizadas no prédio e no entorno do centenário Instituto Lauro Sodré, ocorreram ao longo de 2006, último ano do governo de Simão Jatene (2003-2006) e na gestão do então presidente do TJPA, desembargador Milton Augusto de Brito Nobre (2005-2007). Toda a obra teve a duração de 11 meses, sendo inaugurada em 1º de dezembro daquele ano. O governo do Estado entrou com R\$ 17,4 milhões destinados à restauração da antiga edificação, enquanto a parte do Judiciário na obra foi de R\$ 12,7 milhões, usados para erguer um prédio anexo e melhor abrigar as atividades do TJPA, além de algo em torno de R\$ 1,6 milhão utilizado a mais na área externa, nos serviços de urbanização e paisagismo, perfazendo o montante de 31,8 milhões (ver quadro detalhado). Os trabalhos ficaram a cargo da Construtora Estacon, com projeto da empresa DPJ (escritório de arquitetura), sob a coordenação geral do arquiteto Jorge Derenji.

Tribunal de Justiça do Estado do Pará Área construída e custos edificações

DESCRÇÃO		ÁREA (m²)	ÁREA TOTAL (m²)	VALOR (R\$/m²)
LAURO SODRÉ (R\$ 17.491.955,66)	PORÃO	1.640,00	10.066,00	R\$ 1.737,73
	TÉRREO	4.096,00		
	SUPERIOR	3.144,00		
	ÁREAS EXTERNAS COBERTAS	1.186,00		
ANEXO (R\$ 12.759.549,34)	4x PAVIMENTO	1.972,00	7.888,00	R\$ 1.617,59
TOTAL (1)			17.954,00	
URBANIZAÇÃO (R\$ 1.628.393,07)		18.834,00	18.834,00	R\$ 86,46
TOTAL (2)			36.788,00	
VALOR TOTAL DA REFORMA				R\$ 31.879.940,07



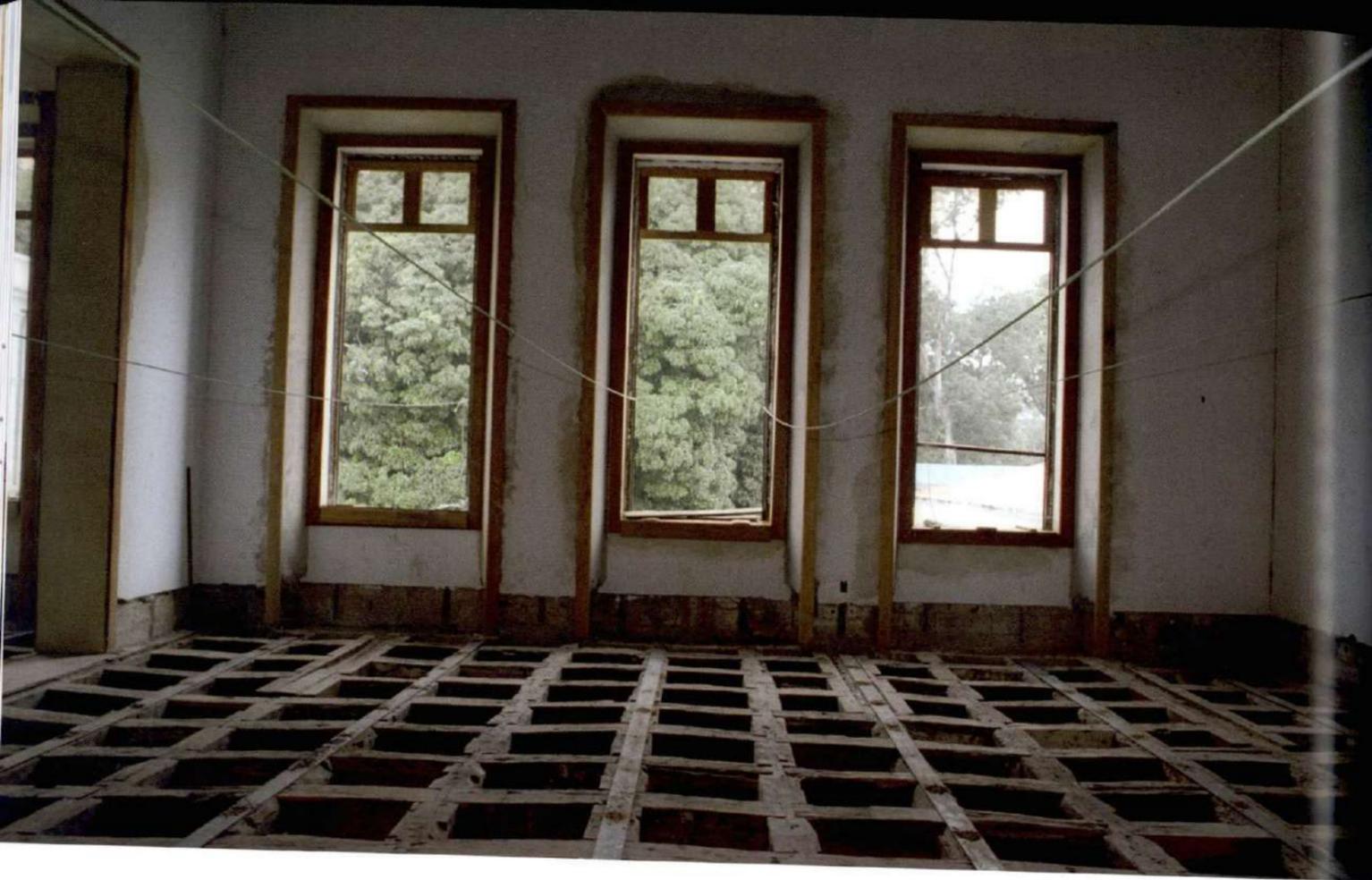
A restauração do “Lauro Sodré” foi, certamente, a mais abrangente intervenção desde a sua construção, no final do século XIX, nos moldes do que já vinha sendo desenvolvido pelo Governo do Estado do Pará quanto à restauração do patrimônio histórico da cidade. De 1995 a 2006, foram recuperados e ganharam novas funções espaços como o Parque da Residência (antiga casa dos governadores), a Estação das Docas (galpões de ferro inglês nas docas de Belém), o Complexo Feliz Lusitânia (Forte do Presépio, Igreja de Santo Alexandre e Casa das Onze Janelas no núcleo original da cidade), o São José Liberto (velho presídio São José), bem como foram inteiramente restaurados os teatros da Paz e Waldemar Henrique.

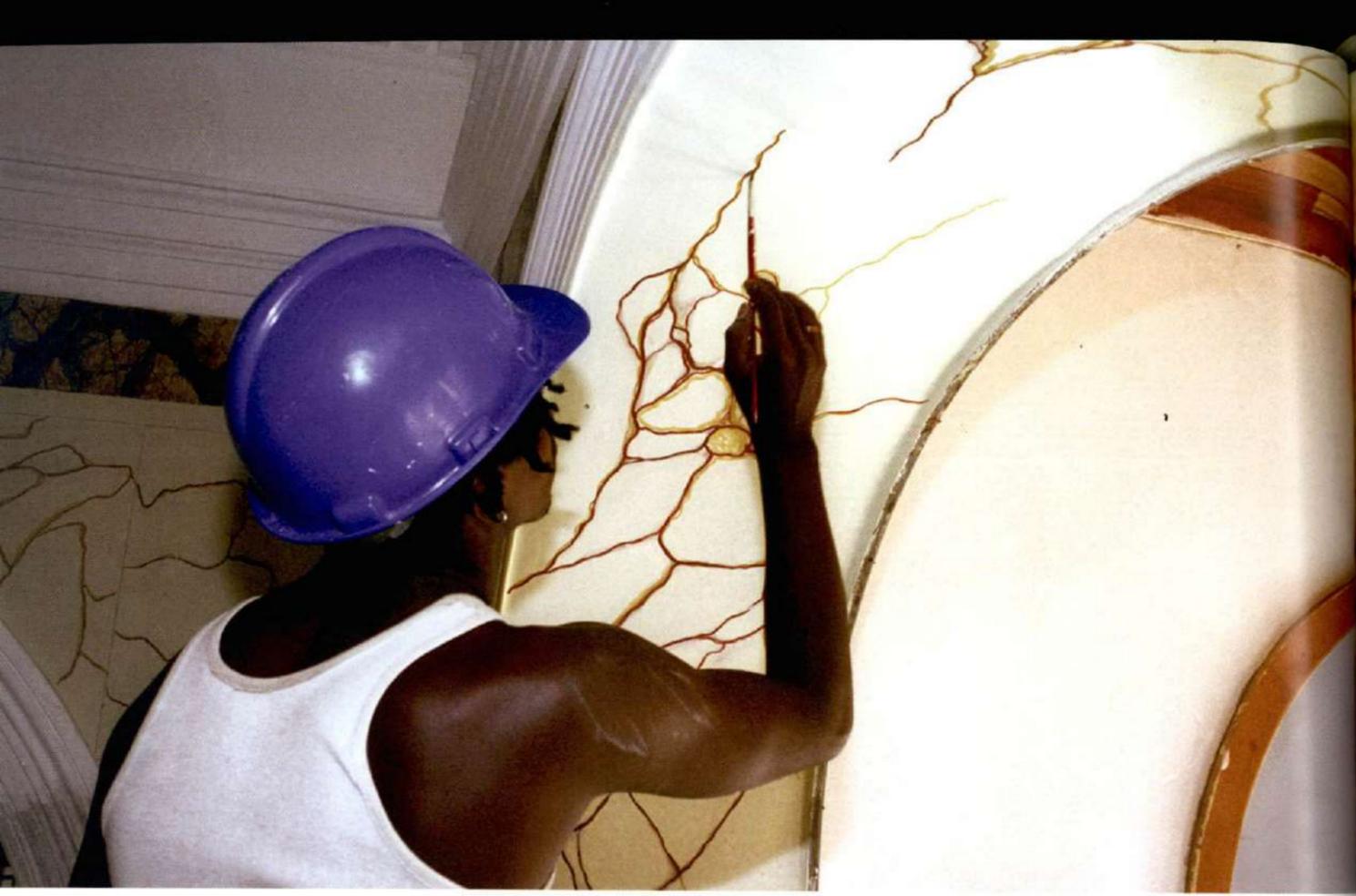
O “Lauro Sodré”, última obra desse período, teve restaurados 8.880 m² de edificação, cujo projeto levou em consideração as características arquitetônicas dos espaços e a definição dos novos usos, contemplando prioritariamente as atividades ligadas à administração superior do Tribunal e as atividades de representação. Considerando as dimensões dos ambientes originais que abrigaram anteriormente alojamentos de estudantes, refeitórios e salas de aula, e ainda seu elevado pé direito, sempre que foi necessário promover a divisão desses espaços adotou-se o critério de preservar a visibilidade e a apreensão do volume original do mesmo, por meio do uso de divisórias baixas. Quanto aos materiais utilizados, foi necessário promover algumas alterações para ajustá-los à nova função.

No bloco frontal do prédio, em parte do pavimento térreo, o piso original de vigas de madeira foi substituído por uma laje de concreto, solução que tornou possível o uso do porão existente, que teve, tam-

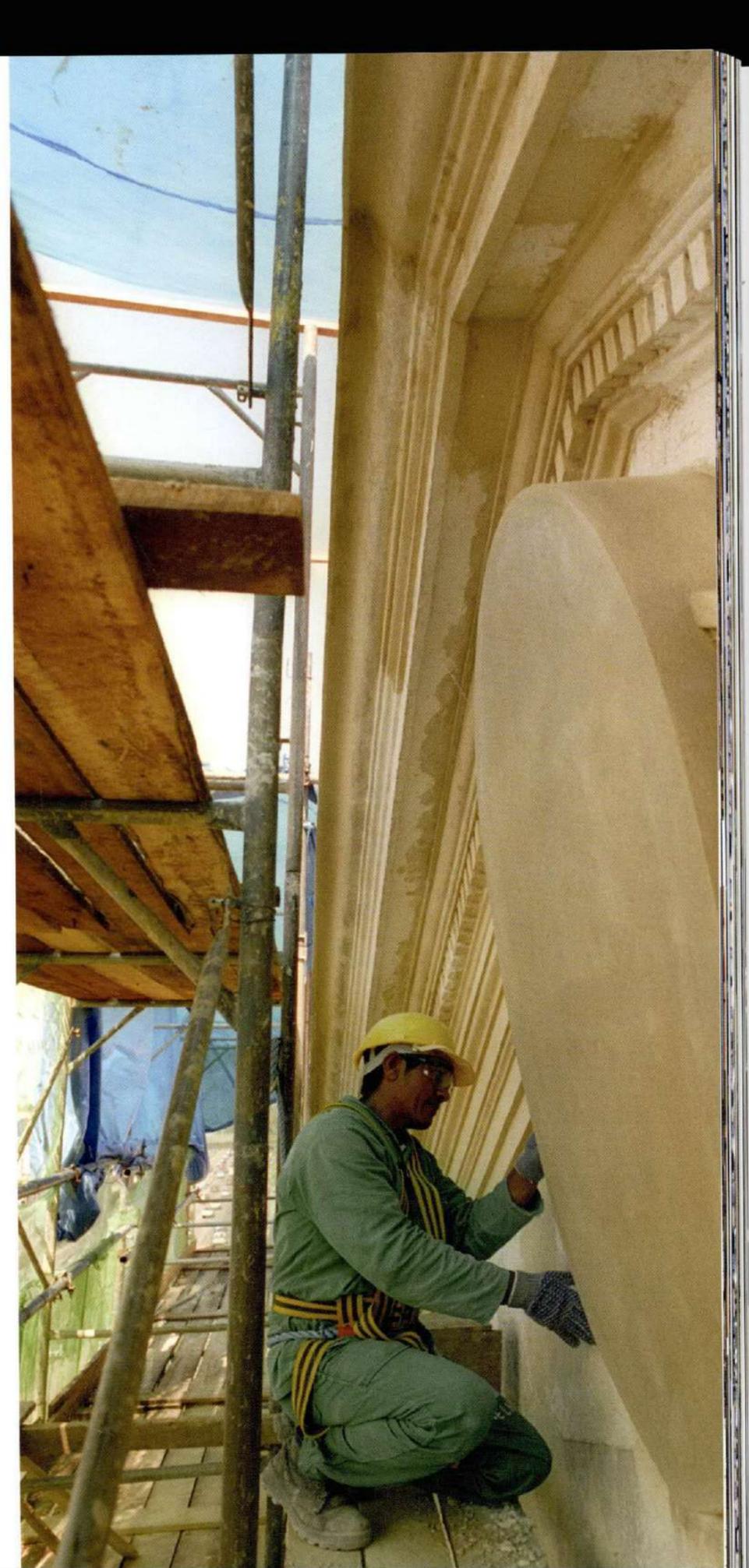
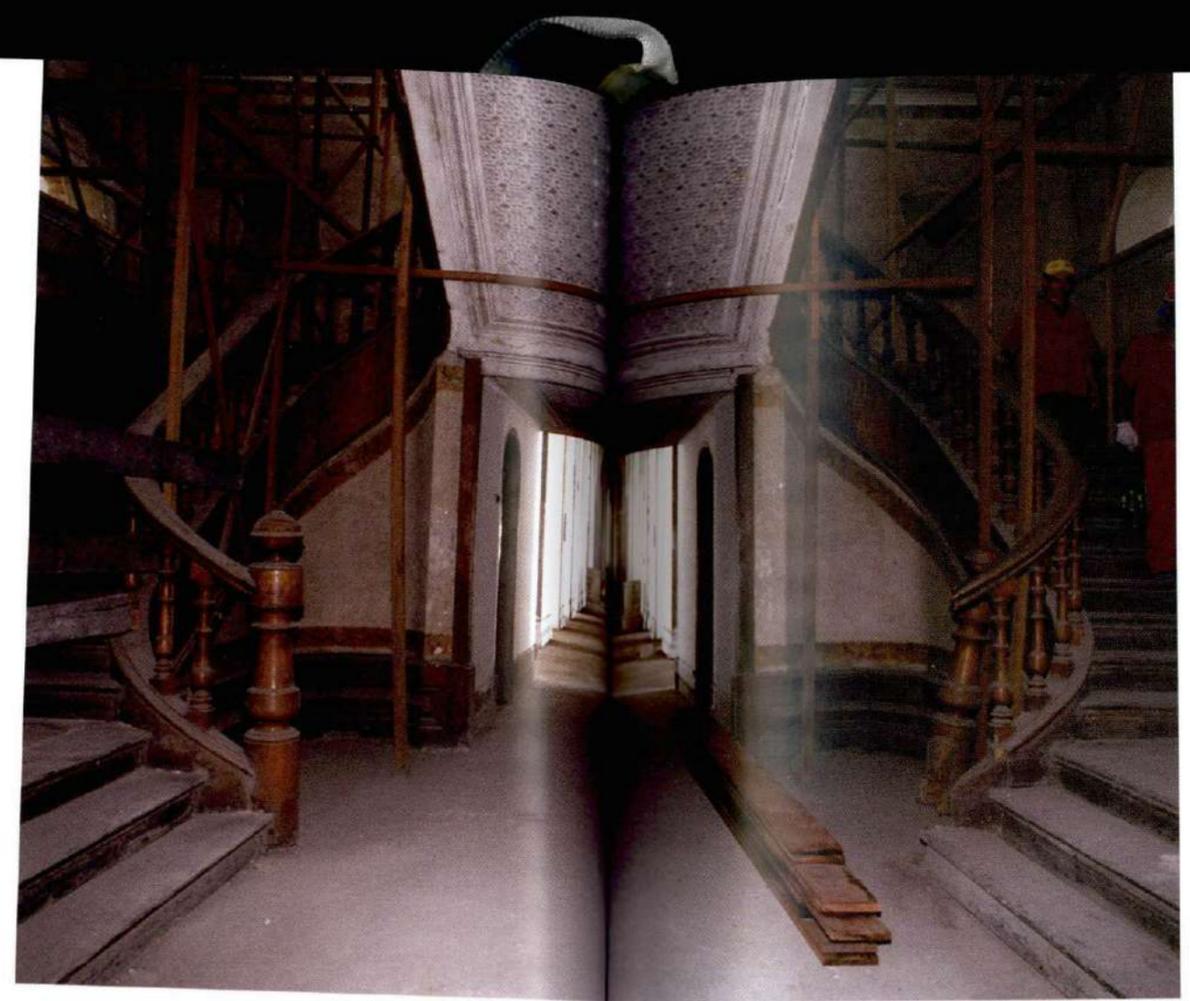
bém, seu piso rebaixado. Nas circulações do pavimento térreo, originalmente revestidas com ladrilho hidráulico, foram colocadas cerâmicas de alta resistência, capazes de suportar o intenso tráfego a que o prédio é submetido diariamente, levando em conta, também, o desgaste apresentado pelo piso original. Nas áreas em que foram mantidos os pisos de madeira, foram necessários reforços metálicos nas vigas, de forma a minimizar a oscilação provocada pela extensão das mesmas e a distância entre os apoios. Vigas deterioradas foram substituídas por novas e todo o piso foi refeito com tábuas de sucupira, sendo que, em alguns ambientes, foram utilizadas molduras em pau-amarelo. Os forros foram refeitos com tábuas de 20 cm, mantendo-se o desenho original. Da mesma forma foram substituídas todas as esquadrias de madeira, resguardando a originalidade do desenho. Nas fachadas voltadas para a Avenida Almirante Barroso foram utilizados vidros laminados de 10 mm, como forma de reduzir o ruído ambiente. O conjunto da escada principal recebeu um tratamento especial, envolvendo, em primeiro lugar, a estabilização do forro e da cúpula, por meio da introdução de reforço estrutural metálico, e a recomposição das partes danificadas. A pintura em escaiola foi restaurada e foram recuperados os painéis de madeira que acompanham a lateral da escada.









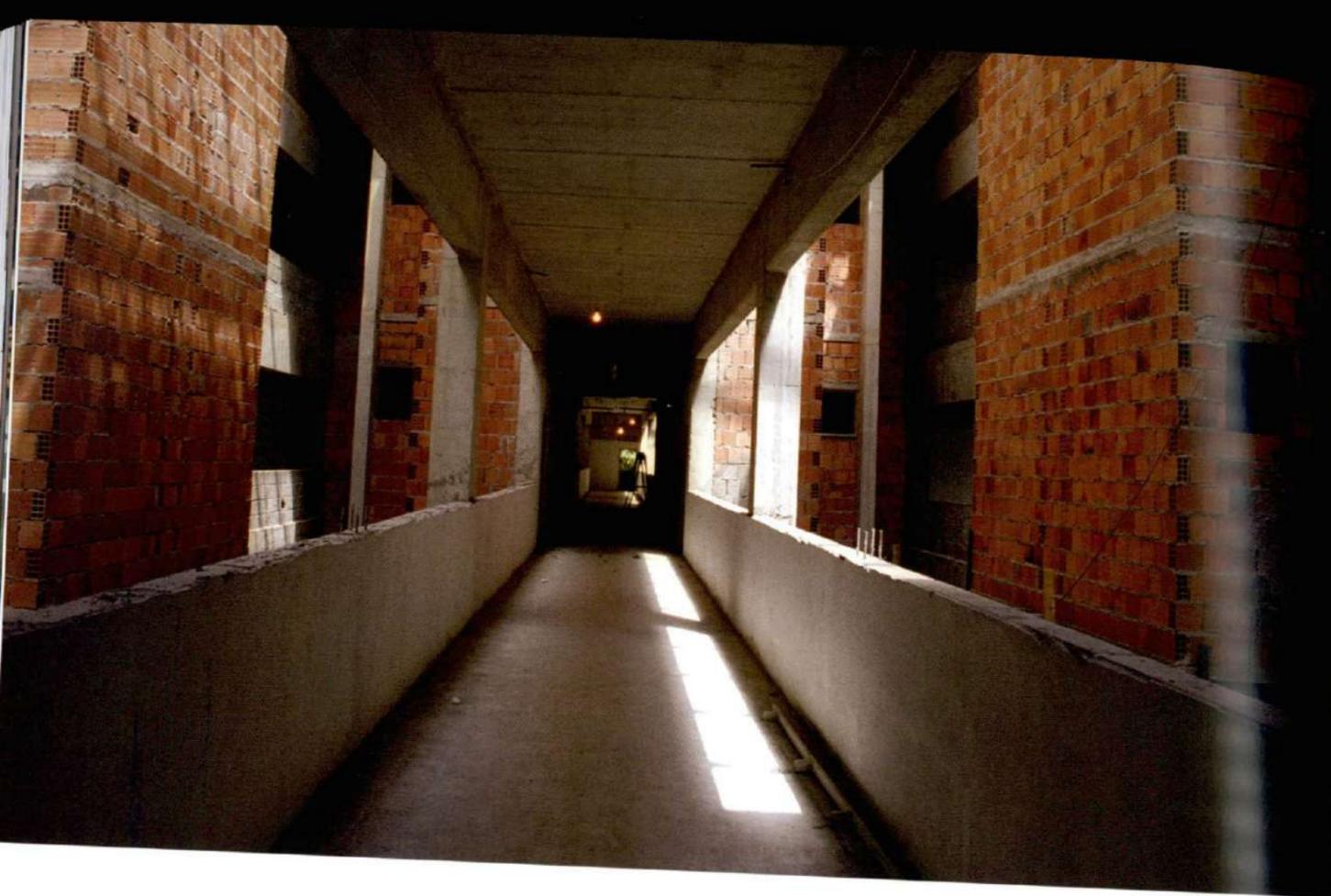


No pavimento térreo do antigo Instituto foram localizadas as secretarias das varas cível e criminal, assessorias, suporte operacional, capela e biblioteca. No pavimento superior foram instaladas as salas da presidência e da vice-presidência, suas respectivas assessorias, o plenário sênior “Desembargador Osvaldo Pojucan Tavares” – onde ocorrem as reuniões do Pleno Tribunal e do Conselho da Magistratura –, além do Salão Nobre do TJPA. O subsolo abriga os setores de almoxarifado, zeladoria, depósito e o acervo das secretarias das câmaras cível e criminal¹.

Além do edifício original, foi elevado um anexo de quatro andares, cuja construção recebeu tratamento sóbrio, de forma a preservar a imponência do prédio principal. Marcado por um vão central, dotado de cobertura de vidro refletivo que proporciona iluminação natural a todos os pavimentos, o anexo é ocupado pelos gabinetes destinados aos desembargadores. As corregedorias e os salões de reunião das Câmaras Cíveis e Criminais, reunidas e isoladas, também funcionam na nova ala. Sua estrutura é toda em pré-moldados de concreto (vigas e lages) e conta com quatro modernos elevadores hidráulicos, banheiros privativos e completas instalações sanitárias coletivas. Fazendo a ligação entre o prédio restaurado e o novo anexo foi construída uma passarela mista de concreto e aço, de 20,12 m², envolta por vidro laminado do tipo “fachada cortina”. Ao todo, foram 7.888 m² de área construída.

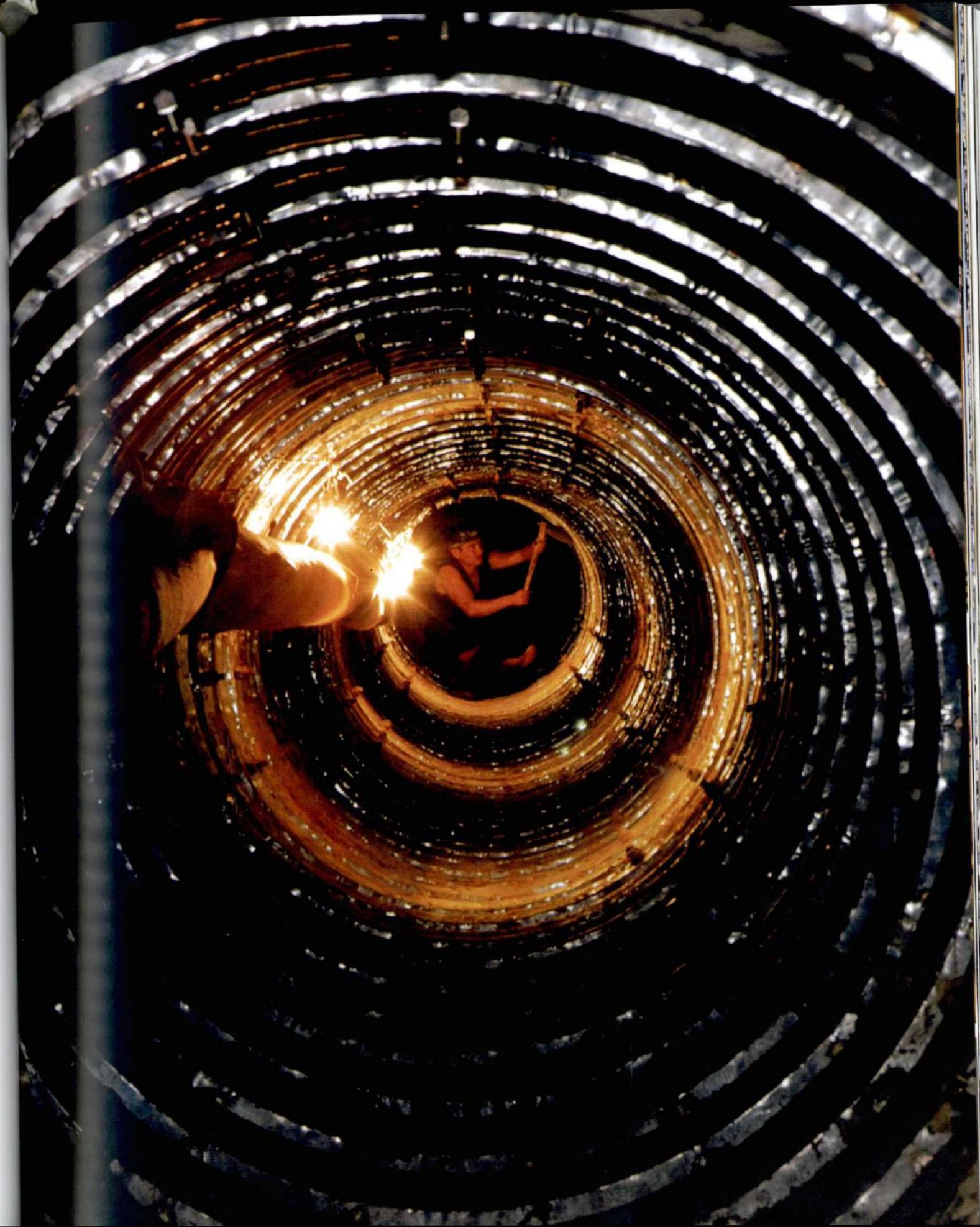
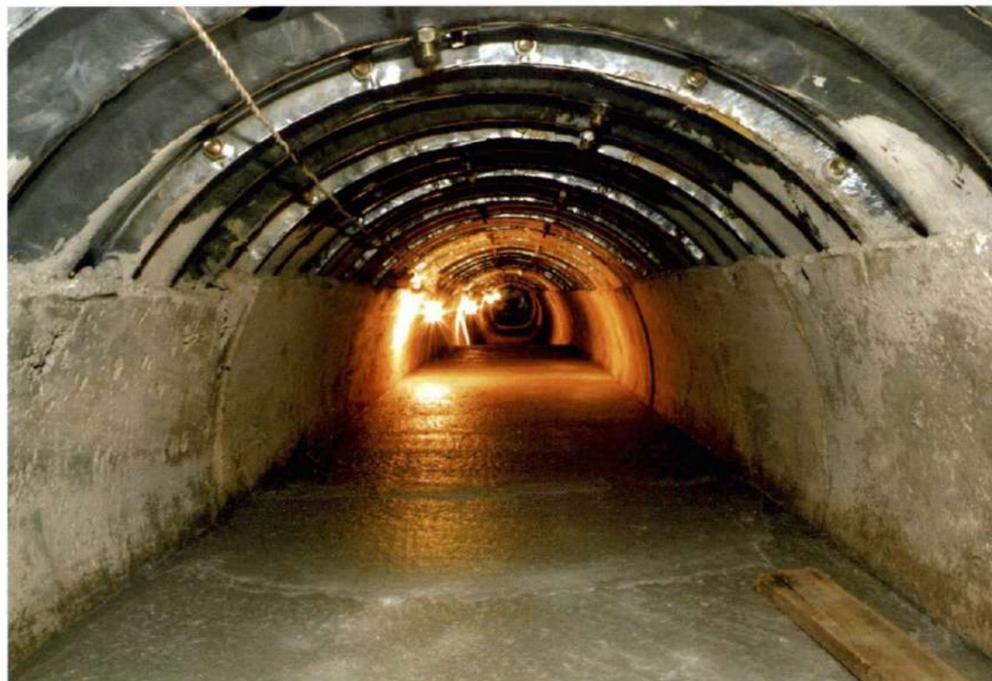
¹ A distribuição dos espaços aqui exposta corresponde ao momento da inauguração, podendo ter sofrido alterações de acordo com a sua utilização ao longo dos últimos anos.







A nova sede do Tribunal de Justiça do Pará, um bom exemplo de preservação do patrimônio arquitetônico do Estado, também recebeu outras inovações: uma subestação elétrica com capacidade para 2.000 KVA, sonorização interna, novas instalações elétricas, circuito fechado de TV, sistema de lógica, de combate a incêndios e de refrigeração, este com moderno equipamento de modulação da climatização. O sistema de drenagem utiliza o método *tunnel-line*, revestido em aço galvanizado com 1,20 m de diâmetro, atravessando a Avenida Almirante Barroso. Na área externa, o projeto paisagístico concebeu uma praça, na lateral direita; um gazebo (área coberta, sem paredes) na lateral esquerda e, também, um jardim frontal, valorizando a entrada principal. Além disso, foi construído um estacionamento para 450 vagas. No total, foram 18.834 m² de área urbanizada.





Visita do então governador do Estado, Simão Jatene (esquerda), ao canteiro de obras, acompanhado do desembargador Milton Nobre (centro) e do então secretário de Cultura Paulo Chaves Fernandes (direita).



VISITAS À OBRA

Desembargadores conhecem os espaços ainda em fase de restauração da sede do Tribunal de Justiça.



Ofir Cavalcante Jr. (ao centro), então presidente da OAB-PA, e membros da entidade em visita ao "Lauro Sodré".



Integrantes do TCE visitam as novas instalações do Poder Judiciário.



Juízes foram recebidos pelo então presidente do TJPA, desembargador Milton Nobre.

Com a inauguração da nova sede, o TJPA deixa o prédio que ocupava, desde o ano de 2000, na Praça República do Líbano, antigo Largo de São João, bairro da Cidade Velha, e passa a ocupar o “Lauro Sodré”, configurando uma nova etapa para o Poder Judiciário no Pará e para o prédio centenário. No ato de inauguração, descerraram a fita, à entrada do edifício, além do então presidente do TJPA, desembargador Milton Nobre, o governador do Estado do Pará à época, Simão Jatene, e a então presidente do Supremo Tribunal Federal, ministra Ellen Gracie.

Hoje, o edifício sede do TJPA abre as portas à comunidade. Um programa de visitas foi organizado como parte dos festejos que, todos os anos, antecedem o Círio de Nossa Senhora de Nazaré, maior festa religiosa do Norte do país. A programação envolve técnicos, monitores e atores, atraindo um público cada vez mais interessado na história do prédio e em sua restauração. Assim, a atual sede do Tribunal de Justiça do Estado, antigo Instituto Lauro Sodré, propicia mais um benefício à sociedade em geral: o contato cada vez mais estreito entre a comunidade e o Poder Judiciário.

Paulo Chaves Fernandes (Arquiteto)
Lorena Souza (Jornalista)





Inauguração da nova sede do TJPA em 1º de dezembro de 2006. Descerrando a fita, da esquerda para a direita, desembargador Milton Nobre, ministra Ellen Gracie e o governador do Estado, Simão Jatene.

OS ARQUITETOS
E AS ARQUITETURAS



Quase desconhecido na atualidade, o arquiteto José de Castro Figueiredo foi um profissional de importância na virada do século XIX. Nascido em Belém em 1865, teve seus estudos superiores financiados pelo governo paraense, na administração de Lauro Sodré. Diplomou-se pela Real Academia de Belas Artes de Turim, obtendo primeiro lugar, medalha de prata e uma viagem pela Itália ao finalizar o curso. Suas construções no período incluem obras no Bosque Rodrigues Alves, onde são de sua autoria a gruta e a cascata. Na construção para particulares destaca-se a residência na Avenida Nazaré, esquina da Dr. Moraes, para a família Faciola, projeto datado de 1895. Um dos trabalhos mais duradouros de Castro Figueiredo é, talvez, o de autoria menos divulgada. Foi ele autor do escudo do Pará que, ainda hoje, é o emblema oficial do Estado. Transferiu-se para Manaus, no início do século XX, tendo executado obras de relevo, seja como funcionário público das Obras do Amazonas, seja em projetos particulares. Faleceu no Rio de Janeiro em 1927.

Observar o projeto do Instituto elaborado em 1893, sem dúvida o mais importante na trajetória profissional de Castro Figueiredo e do engenheiro Bento Miranda, pode estabelecer alguns marcos na arquitetura pública que se propunha no período em Belém. A República, instaurada apenas quatro anos antes, traz um novo padrão para prédios de uso social como escolas, orfanatos, hospitais, asilos. É a ideologia republicana, associada a recursos ainda fartos, que faz de prédios como escolas profissionais para órfãos, como o Educandos e o Colégio do Amparo, construções imponentes como seriam, também, o Asilo de Mendicidade, o Hospital de Alienados, a Santa Casa de Misericórdia e outros do mesmo período.





No Instituto de Educandos a presença do neoclassicismo vigente no país mostra-se na simetria das fachadas e consolida-se com o corpo central encimado por frontão triangular, solução preconizada pelos palácios de governo estadual e municipal nos séculos XVIII e XIX. A fachada do Instituto, logo denominado de “Lauro Sodré”, tem mais afinidade, porém, com a do Theatro da Paz, que também o antecederia. Na primitiva fachada do teatro havia um corpo avançado, em dois pavimentos, sendo o mais alto com sete colunas e o inferior em arcos. Castro Figueiredo adotaria uma solução similar, porém com seis colunas, criando uma varanda coberta no andar superior do Instituto. Embora os dois projetos tenham diferenças marcantes, como seria de esperar em funções tão diversas, seus prédios podem ilustrar as mudanças arquitetônicas que decorrem da implantação da República no país.

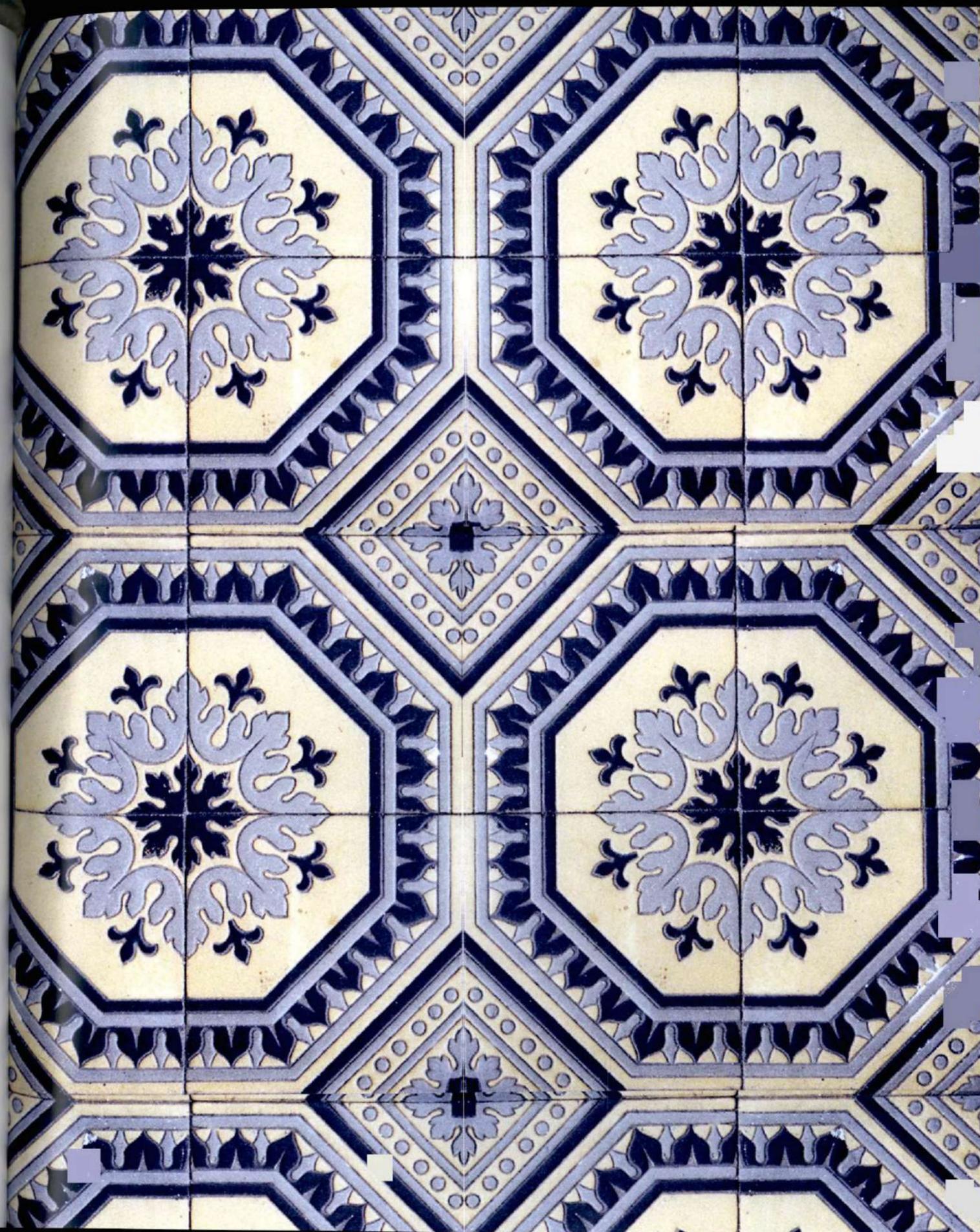
No Império, como ocorrera em todo o período colonial, a monumentalidade era reservada a palácios e igrejas. Os teatros surgem, principalmente na fase imperial, como decorrência da ampliação do poder das elites. Na República há a mudança no eixo de interesse, privilegiam-se, ou constroem-se prédios que procuram afirmar isso, a assistência à população menos favorecida com a criação de escolas profissionalizantes, feitas para a classe proletária e em extrema pobreza. A pobreza, a mendicância e os desvios de comportamento são também devidamente acomodados em asilos, penitenciárias e hospitais de forma a não perturbar com sua presença, nas áreas centrais, os ideais republicanos de “saúde e fraternidade” expressos nos documentos oficiais.



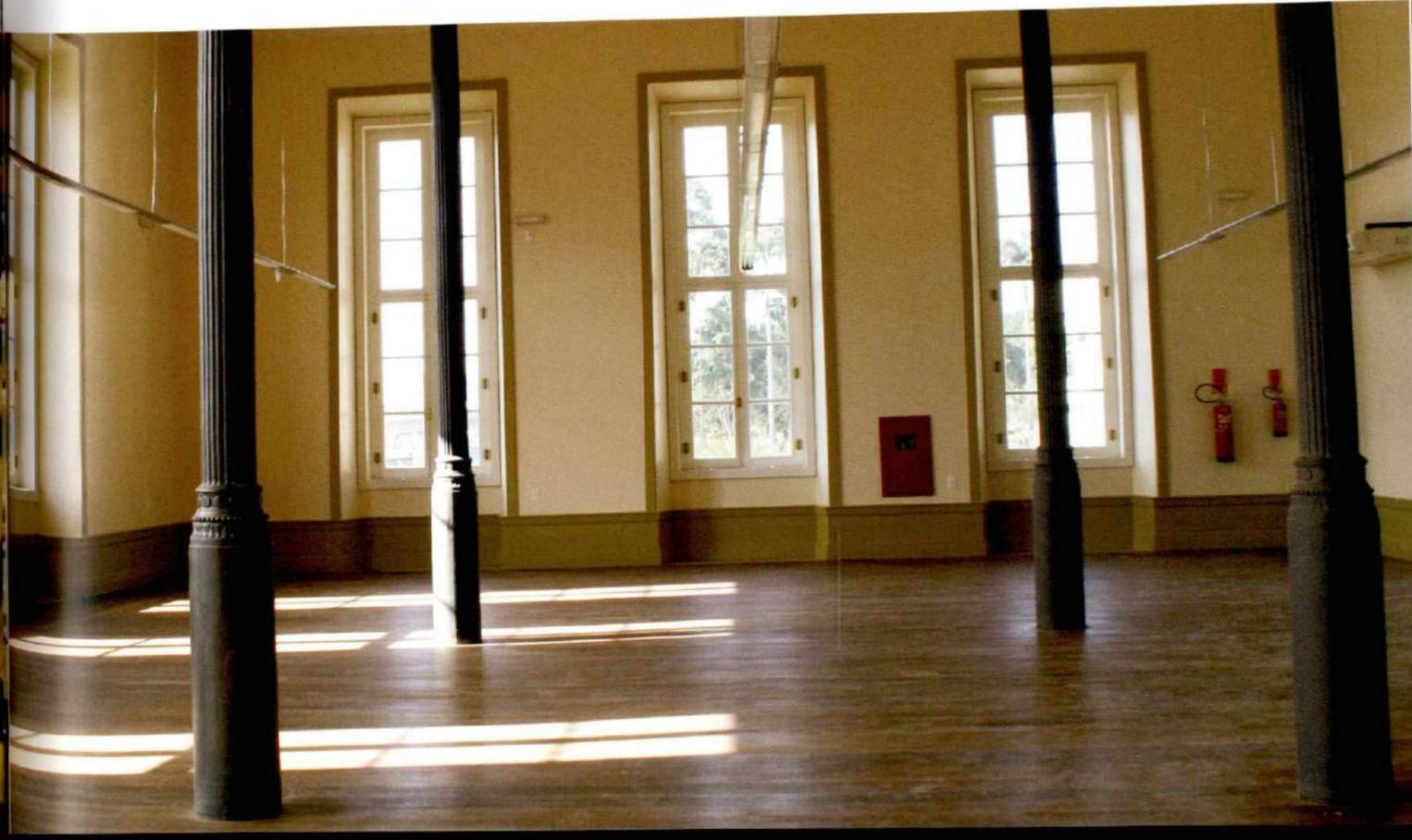
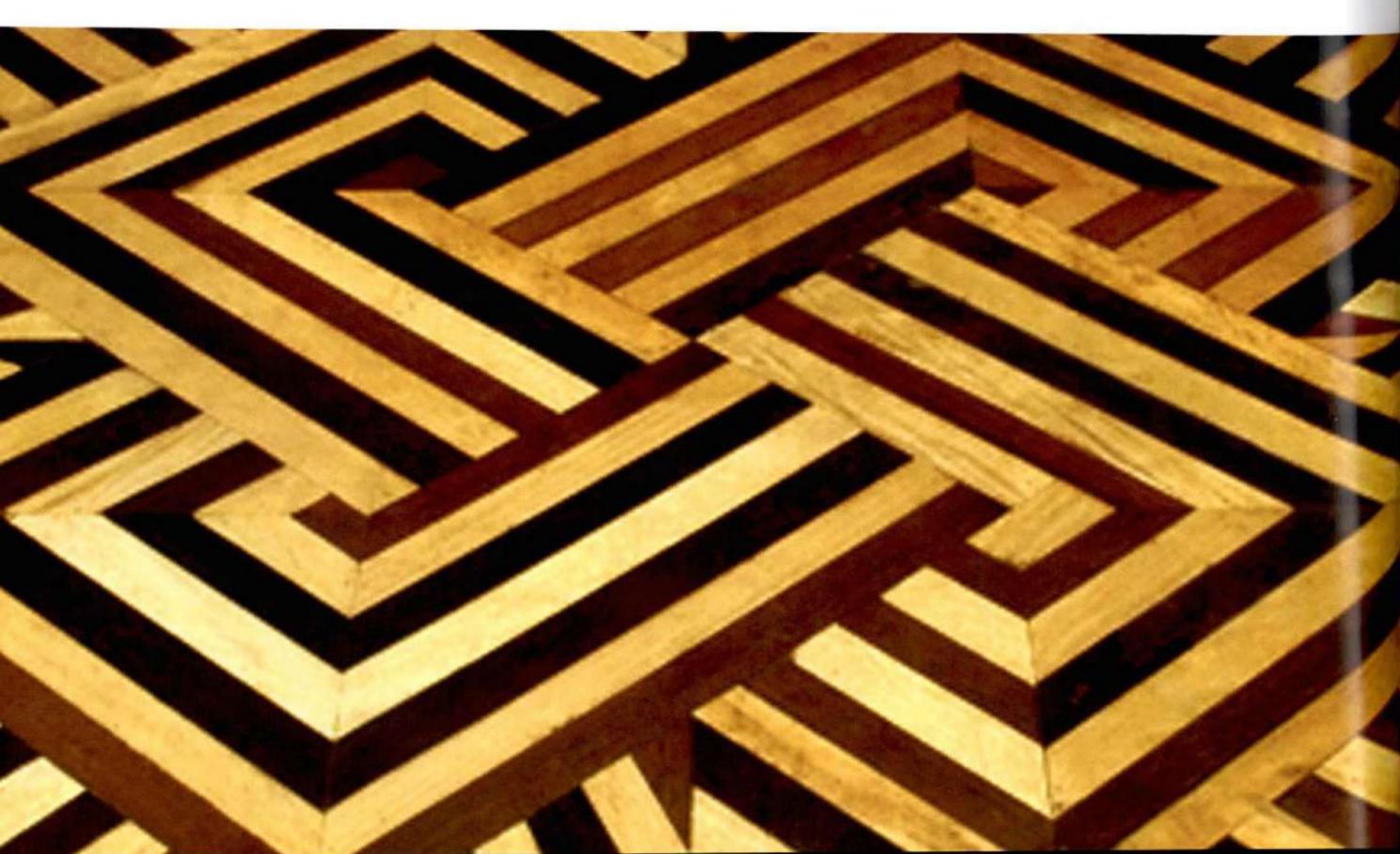
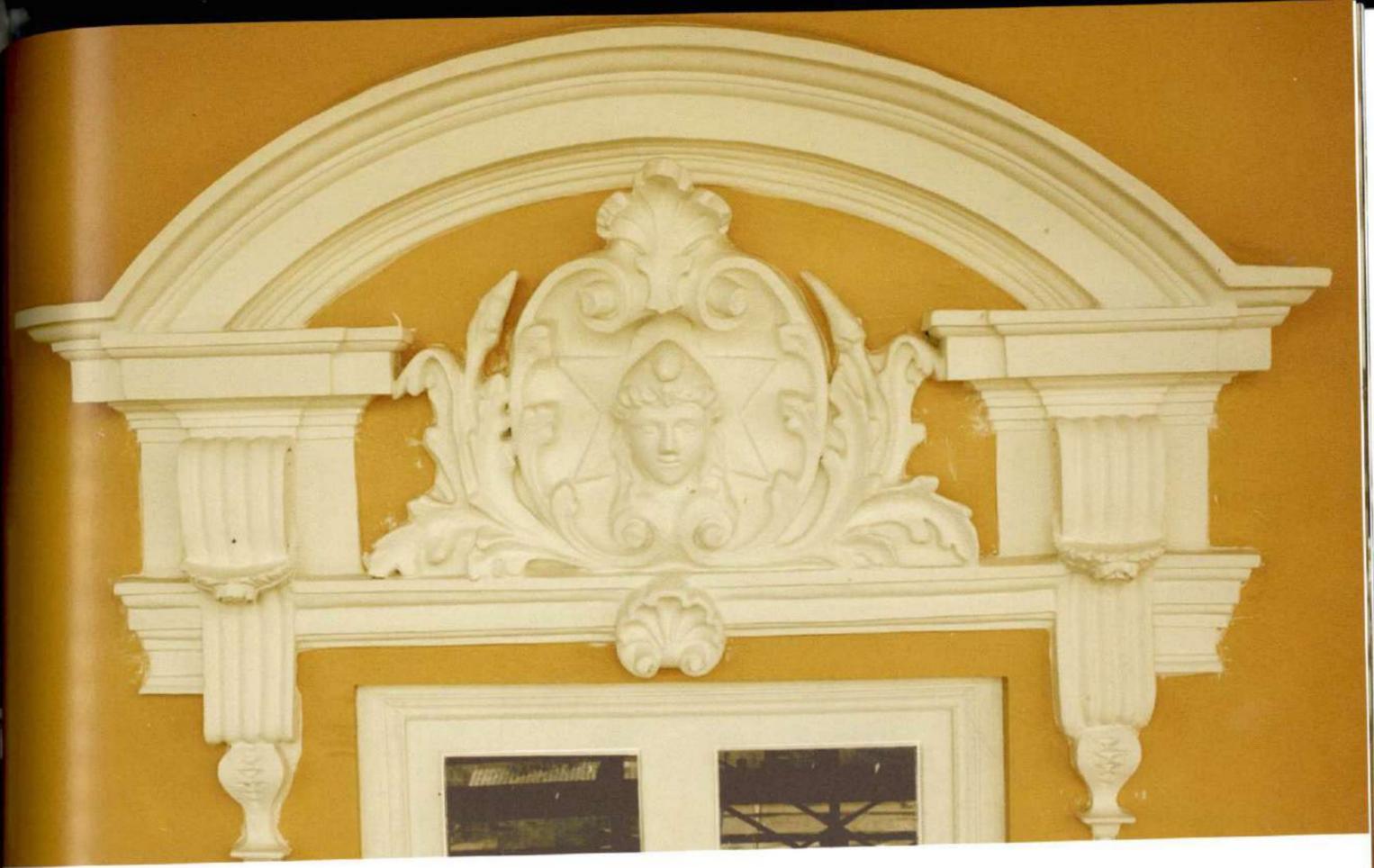
De acordo com essa ideologia, os aspectos monumentais são então transferidos dos prédios da elite para os de cunho social e no caso do Instituto Lauro Sodré seriam enfatizados elevando-se a construção e dotando-a de larga escadaria de acesso. O volume principal em dois pavimentos é tratado com a rigorosa simetria que os padrões de um tardio neoclássico impunham no país. Internamente há o mesmo cuidado observado na entrada do prédio que se faz por uma escada interna de dois lances dando-lhe um aspecto de imponência que a cúpula refinadamente decorada, sobre o ingresso, se encarrega de completar.

Pode-se supor, ainda que não se tenham informações precisas, que muitos detalhes de revestimentos e decoração interna do prédio, e talvez mesmo da externa, tenham sido introduzidos no governo Augusto Montenegro, que fazia reformas luxuosas no Palácio de Governo e no Theatro da Paz no mesmo período. Pode ser citado, como ponto de contato entre obras similares, a escaiola usada no teatro, nas áreas externas, que se assemelha ao desenho das da entrada do "Lauro Sodré". Já os pisos em mosaico, designação local para ladrilhos hidráulicos, se ampara, provavelmente, em recomendações de higiene e saúde comuns a todo o período, tendo sido executado e refeito em várias ocasiões até a década de 1930.

Mesmo considerando que detalhes decorativos podem ter sido introduzidos posteriormente no prédio, há no projeto de Castro Figueiredo, sem dúvida de intenção neoclássica, elementos que denunciam a introdução de valores do ecletismo. O interior do prédio, típico de fases de transição, associa pisos trabalhados em vários tons de madeira e desenhos muito elaborados com elementos característicos da modernidade, as









colunas internas metálicas, por exemplo. Tanto as colunas, como outros elementos metálicos, adotam formas neoclássicas com rebuscados desenhos seja nos capitéis, que imitam os clássicos, coríntios, seja nas gárgulas em forma de leões. Esta ambiguidade é constante no período e demonstra a lenta acomodação às novas técnicas.

Um dos elementos mais interessantes para a análise deste prédio encontra-se na composição da fachada principal. A decoração segue o tardio neoclássico do conjunto, mas a execução denuncia, especialmente nas cabeças femininas rodeadas por guirlandas nos arcos das janelas, pouca habilidade e uma certa ironia. A pouca habilidade se deve sabidamente à falta de mestres fachadistas e estucadores na época da construção. Eles só seriam mais abundantes na região depois do término das obras do Teatro Amazonas, no ano de 1896, em Manaus, espalhando operários qualificados, estrangeiros em sua maioria, que se dedicariam a decorar fachadas públicas e particulares como forma de permanecer nas capitais nortistas. O mais significativo nestas cabeças femininas não é, porém, sua execução um pouco tosca, mas sim a introdução, em todas elas, de um barrete frígio, símbolo da República. Assim, a fachada do "Lauro Sodre" foi dotada de dezenas de *mariannes* que se irmanam com a estátua da República, também ela portando o barrete frígio, erguida na mesma época na principal praça da cidade de Belém para expressar, inequivocamente, os ideais republicanos recém implantados.

Jussara da Silveira Derenji (Arquiteta)



O "LAURO SODRÉ" HOJE





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO

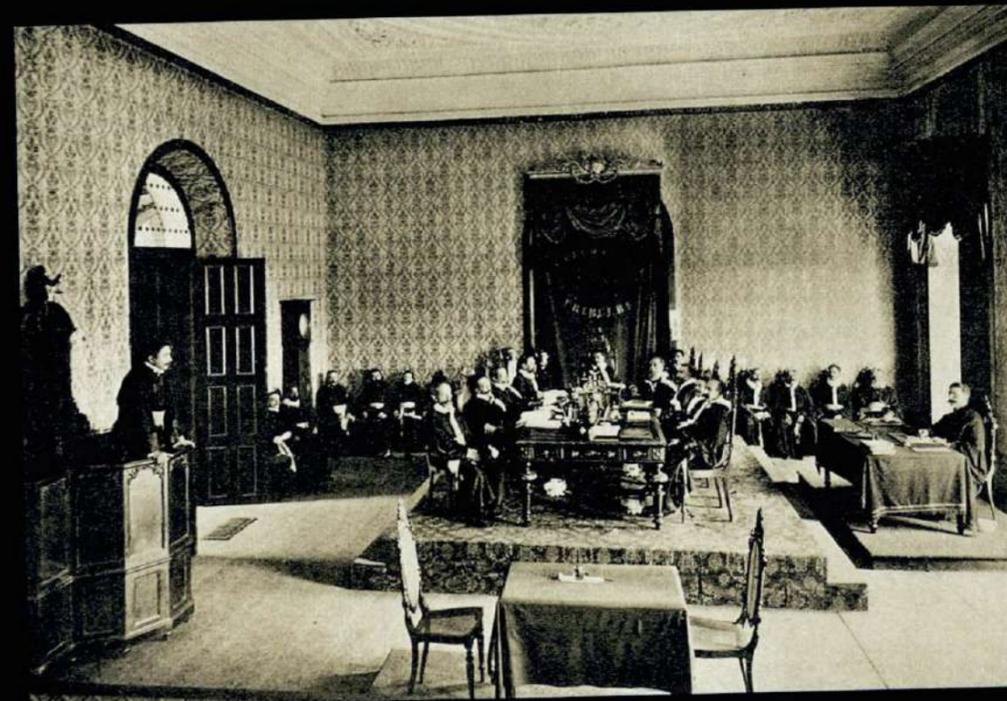






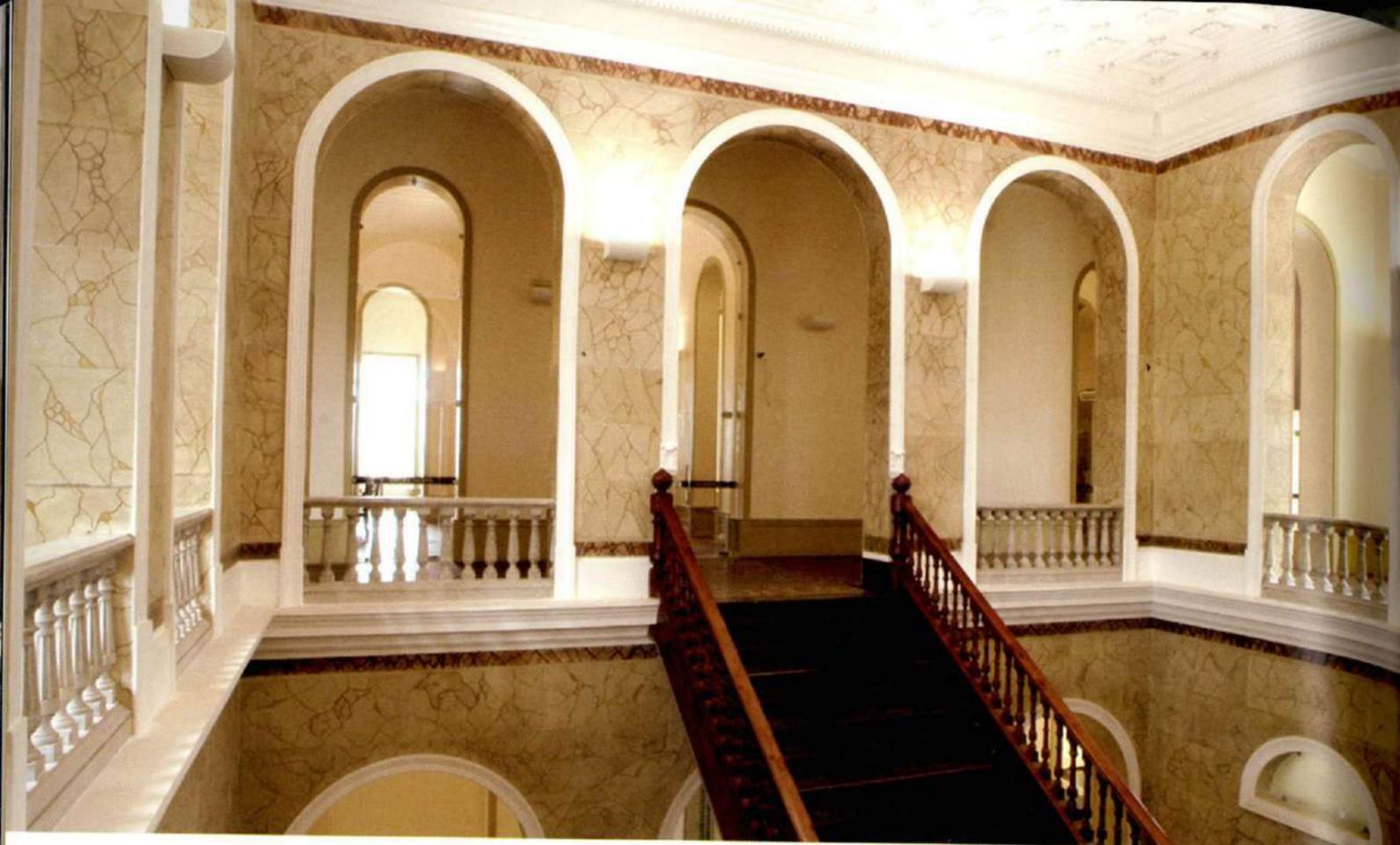
Vistas do Salão Nobre.





A mesa usada originalmente pelos conselheiros do Tribunal da Relação, ainda no século 19, e posteriormente pelos magistrados do Tribunal Superior de Justiça do Pará - como mostra a foto acima, de 1908 -, hoje permanece preservada e integra o Memorial do Tribunal de Justiça do Estado, na sede do TJPA (foto abaixo).





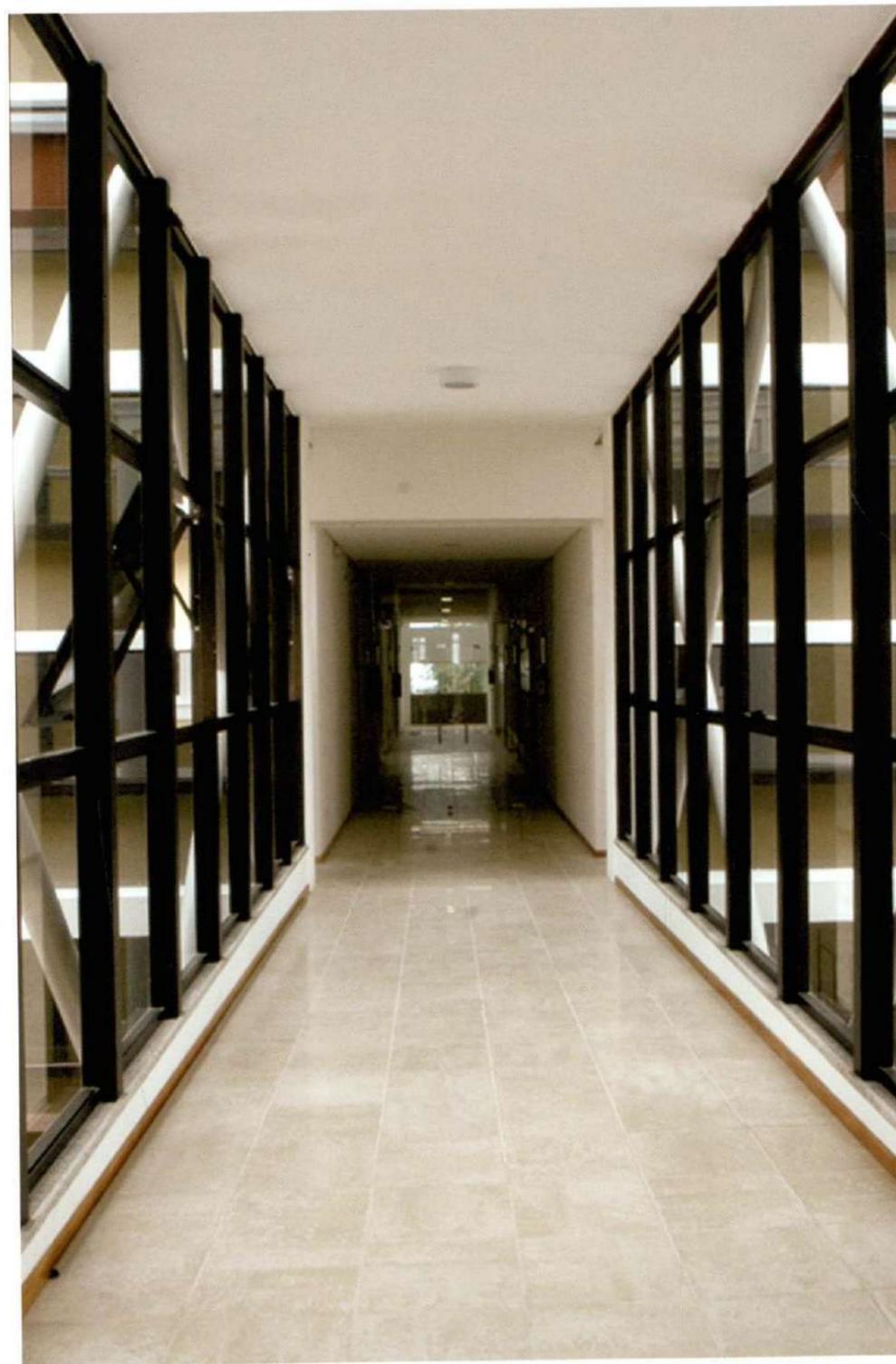


Sala da Presidência do TJPA.



Vistas do Plenário Desembargador Osvaldo Pojucan Tavares.











Vistas da sala de reunião das Câmaras Cíveis isoladas.



Vista da sala de reunião das Câmaras Cíveis reunidas.



Sala de reunião das Câmaras Cíveis criminais.





Seis pilares em ferro fundido, de procedência inglesa, com 4,60m de comprimento, com características neoclássicas, encontrados no mercado de peças de demolição, permitiram a criação de um espaço coberto para usos alternativos de caráter informal. A partir dos seis pilares, foi montada uma estrutura de cobertura composta de peças tubulares, conformando um telhado de quatro águas com cobertura de vidros verdes, o que confere transparência e leveza ao gazebo. Para dar apoio aos eventos ali programados, foram incorporados banheiros e copa.



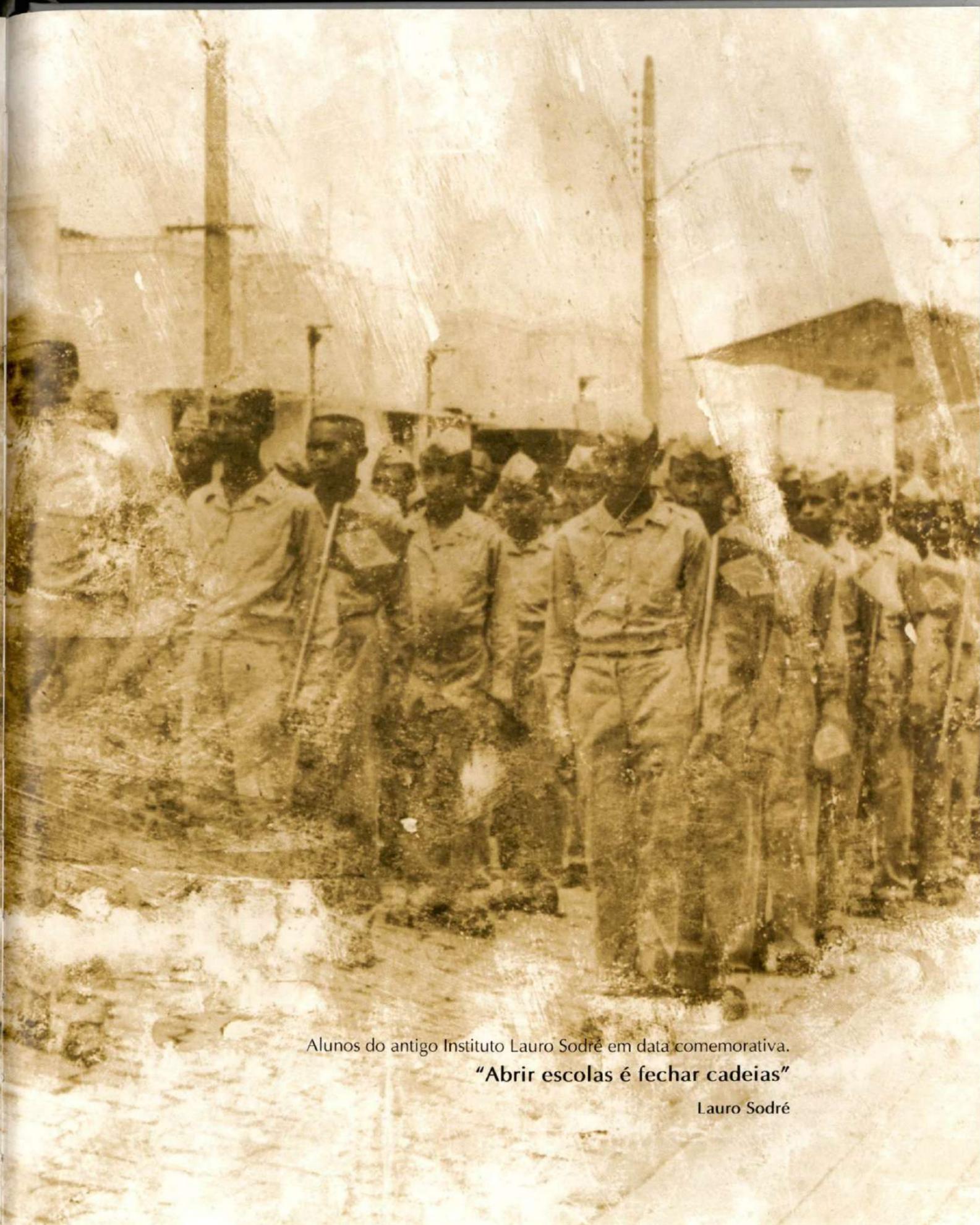
A BANDA

Após a segunda Guerra Mundial, período em que as instalações do Instituto Lauro Sodré foram militarmente ocupadas, e só parcialmente devolvidas, a decadência do estabelecimento foi irreversível, acabando por tornar-se, em meados dos anos sessenta, em uma simples escola pública regular com o nome de Colégio Lauro Sodré.

Nos tempos frutuosos da sua existência como instituição educativa de escol, dezenas de jovens carentes, durante mais de seis décadas, receberam uma formação primorosa em artes e ofícios, que muito contribuiu, por exemplo, para o esplendor da *belle époque* paraense, tornando a instituição uma referência na qualificação técnica e artística de uma mão-de-obra altamente especializada.

Hoje, a alma do velho Instituto e o sonho laurista, e de tantos outros visionários que entenderam a formação de nível médio como indispensável ao desenvolvimento do país, continuam presentes na banda de música criada nos primórdios do Instituto e que preservou o nome de Lauro Sodré, orgulho da nossa terra e uma legenda nesse gênero musical a manter viva a chama do país e do Pará que desejamos.

Paulo Chaves Fernandes



Alunos do antigo Instituto Lauro Sodré em data comemorativa.

"Abrir escolas é fechar cadeias"

Lauro Sodré



REFERÊNCIAS

BELÉM. Intendente Municipal (1898-1911: Antônio José de Lemos). **Álbum de Belém**: 15 de novembro de 1902. Paris: P. Renouard, 1902. 104 p.

_____. **O Município de Belém**: relatório apresentado ao Conselho Municipal de Belém na sessão de 15 de novembro de 1902, pelo Intendente Senador Antônio José de Lemos. Belém: Typ. de A. Silva, 1902/1908. 7 v.

BRAGA, Theodoro. **Dez meses de direção do Instituto Lauro Sodré**. Belém: Typ. da Livraria Gillet, 1917.

CASTRO, Fábio. Cartografias da modernidade de Belém. In: **BELÉM da Saudade**: memória da Belém do início do século em cartões-postais. 2 ed. rev. aum. Belém : Secult, 1998. 278 p.

COELHO, Alan Watrin. **A ciência do governar**: positivismo, evolucionismo e natureza em Lauro Sodré. 2006. 116 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal do Pará, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia, Belém, 2006.

DESABAMENTO adia reinício das aulas no "Lauro Sodré". **O Liberal**, Belém, 31 jul. 2000. Caderno Atualidades, p. 6.

A ESCOLA: revista oficial de ensino, [Belém: Instituto Lauro Sodré], n. 17, p. 877-879, ago. 1901.

FUNDAÇÃO CULTURAL DO PARÁ TANCREDO NEVES. Biblioteca Pública Arthur Vianna. Sessão de Obras do Pará. **Colégio Lauro Sodré**. Belém: FCPTN, 2001.1 Folder.

INSTITUTO LAURO SODRÉ. **Relatório da Direção de Ernesto Mattoso**. Milão: F. Chiatti, 1899.

MACHADO, Raimundo de Oliveira. [Memorial]. **O Artífice**. Belém, v. 20, n. 75, jun. 1946.

PARÁ. Governador (1897-1901: J. Paes de Carvalho). **Álbum do Pará em 1899**. [s.l. : s.n., 19--?]. 156 p.

PARÁ. Governador (1901-1909: Augusto Montenegro). **Álbum do Estado do Pará**. Paris: Chaponet, 1908. 350 p.

PARÁ. Governo. **Monografia do Instituto Lauro Sodré**. Belém: Typ. e Encadernação do Instituto Lauro Sodré, 1904.

_____. **O Pará na administração Alacid Nunes:** documentário das obras realizadas de 1966 a 1971. Belém: Secretaria de Estado de Governo, 1971.

PARÁ. Interventor Federal (1937-1939): J. C. da Gama Malcher). **Álbun do Pará.** Belém: H. Rodrigues, 1939. 269 p.

PARÁ. Tribunal de Justiça do Estado. **Memórias dos 135 anos:** do Tribunal da Relação de Belém ao Tribunal de Justiça do Estado do Pará 1873-2008. Belém: Tribunal de Justiça do Estado do Pará, 2008. 214 p.

ROCQUE, Carlos. **Magalhães Barata:** o homem, a lenda, o político. Belém: Secult, 1999. v.1, 536 p.

SODRÉ, Lauro. **Crenças e opiniões.** Brasília : Senado Federal, 1997. 434 p. (Coleção Memória Brasileira, 5). Edição fac-similar.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO: restauração do Instituto Lauro Sodré e construção de anexo. Pesquisa histórica: Jussara Derenji. Belém: Estacon Engenharia, 2006. [Folheto de inauguração].

WALLE, Paul. **No Brasil, do rio São Francisco ao Amazonas.** Brasília : Senado Federal, 2006. 436 p. (Edições do Senado Federal, v. 71).



Este impresso foi produzido com papéis provenientes de madeiras de reflorestamento extraídas a partir de um manejo florestal responsável e de outras fontes controladas



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
Av. Almirante Barroso, 3089
Souza – CEP 66613-710 – Belém – PA

ESCOLA SUPERIOR DA MAGISTRATURA DO ESTADO DO PARÁ
Travessa Quintino Bocaiuva, 1388 / 1404
Nazaré – CEP 66035-190 – Belém – Pará





Escola
Superior da
Magistratura

The logo of the Escola Superior da Magistratura, depicting a stylized figure holding a scale of justice and a sword.